



Fecomércio RN
Sesc | Senac



JORNAIS - PORTAIS - BLOGS

ANÁLISE DE MÍDIA

RIO GRANDE DO NORTE

Veículo: Tribuna do Norte
(online)

Data: 05/01/2020

Caderno/Coluna:
Geral

Fecomércio

Aspecto:
Neutra

Número de empresas abertas no RN sobe em 2019

Publicação: 2020-01-05 00:00:00 | Comentários: 0

Ricardo Araújo

Editor de Economia

O Rio Grande do Norte registrou, em 2019, a maior variação percentual nos últimos dez anos no volume de abertura de empresas. Dados da Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte (Jucern) tabulados com exclusividade para a TRIBUNA DO NORTE mostram que 7.651 empreendimentos foram registrados na entidade ao longo do ano passado, crescimento de 14,36% em relação a 2018. Essa é a maior variação positiva em uma década e o maior crescimento nominal dos últimos seis anos.



Jucern aprimorou processos e criou Escritório do Empreendedor para facilitar atendimento no RN

Ao longo do ano passado, porém, 4.991 empresas foram baixadas no Estado – crescimento de 15,66% ante 2018. “A Junta Comercial está contribuindo para um trabalho integrado por meio da desburocratização de processos, descentralização de serviços, digitalização de procedimentos e de parcerias com o governo e com o setor produtivo. E isso vem sendo feito seja na própria Jucern, seja nas unidades do Escritório do Empreendedor. Os números de abertura de empresas em 2019, em todo o RN, mostraram um aumento de 15% em relação ao mesmo período do ano passado, sendo o maior aumento em dez anos”, relata o presidente da Jucern, Carlos Augusto Maia.

Conforme dados da Junta Comercial, o segundo semestre de 2019 concentrou o maior volume de abertura e fechamento de empresas no Estado. Foram 3.939 formalizações de abertura contra 2.654 baixas oficializadas. O maior volume de aberturas de novas empresas, ao longo do ano, se deu no setor de Serviços, com 3.785 empreendimentos registrados na Jucern. O Comércio ficou em segundo lugar com 2.823 cadastros e a Indústria, com 1.042.

Num sentido inverso, quando analisados os dados de fechamento de empresas no mesmo período, o setor de Comércio liderou, em 2019, com 2.438 baixas. No segmento de Serviços, 1.830 empresas deixaram de existir. Enquanto na Indústria, 718 baixadas. Até o dia 31 de dezembro de 2019, o Rio Grande do Norte contava com 104.296 empresas ativas, das quais 70.275 se enquadram no ramo das microempresas, 25.836 de porte enquadrado como normal e 8.187 como empresas de pequeno porte. Do total de empreendimentos ativos, a maioria está no Comércio: 44.400. Na subliderança do ranking, o setor de Serviços com 37.933 empresas ativas. No terceiro lugar, a Indústria, com 16.921 empresas em operação no Estado.

Serviços e Comércio são expoentes

A economia do Rio Grande do Norte depende, maciçamente, das vendas do comércio varejista e do volume de serviços prestados nos mais diversos empreendimentos ligados a esse setor. Os dados da Jucern comprovam a pujança desses dois segmentos, que concentram o maior volume de empresas abertas e em operação no Estado na atualidade.

O presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Rio Grande do Norte (Fecomércio RN), Marcelo Queiroz, comenta a importância desses setores para a dinâmica da economia local. “O segmento de Serviços é o maior da nossa economia. Sozinho, ele responde por cerca de 38% do nosso PIB (Produto Interno Bruto) e quase 45% dos empregos formais. Ao longo de 2019 (considerando dados até novembro), para se ter uma ideia, dos quase 7 mil novos empregos com carteira assinada abertos no Estado, o setor de Serviços abriu quase 4.200 (ou seja, 60% do conjunto). Nesse segmento estão, por exemplo, as atividades ligadas ao turismo, ao segmento imobiliário, ao setor médico e de ensino. Em suma, este setor é basilar para a nossa economia”, ressalta Queiroz.

Questionado se é possível afirmar que o setor já se recuperou da recessão que assolou a economia nacional e, conseqüentemente, a local, ele afirma que há um processo de recuperação em curso. “Como na economia em geral, ainda há um caminho considerável a ser percorrido rumo à plena recuperação. O ano de 2019, em particular, foi bom para esse setor (Serviços). Mas ainda não voltamos aos patamares de antes da crise, quando Serviços abriam entre sete e oito mil postos formais, em média, por ano. Nossa estimativa é que quando fecharmos os dados de 2019, tenhamos um saldo positivo no setor na faixa dos cinco mil postos, ou seja, 35% a menos do que gerávamos antes da crise, ali pelos anos de 2013, 2014”, pontua.

Para este ano, porém, as perspectivas são melhores. “Positivas, como, de resto, para toda a economia. Acreditamos que pavimentamos em 2019 um caminho bem firme rumo à retomada efetiva do crescimento econômico e, depois de três anos seguidos começando o ano com a sensação de que aquele seria o ano da retomada e terminarmos com certa frustração, esperamos poder, ao final deste ano, comemorar a volta dos nossos principais indicadores de crescimento aos números pré-crise”, vislumbra Marcelo Queiroz.

Veja abaixo a evolução numérica das aberturas e fechamentos de empresas no RN, conforme dados da Jucern

Empresas abertas

Janeiro

2018: 496

2019: 594

Fevereiro

2018: 446

2019: 617

Março

2018: 617

2019: 565

Abril

2018: 605

2019: 624

Maió

2018: 614

2019: 720

Junho

2018: 523

2019: 592

Julho

2018: 621

2019: 682

Agosto

2018: 676

2019: 702

Setembro

2018: 522

2019: 714

Outubro

2018: 605

2019: 627

Novembro

2018: 517

2019: 654

Dezembro

2018: 448

2019: 560

Totais

2018: 6.690

2019: 7.651

Ranking de aberturas em 2019

Serviços: 3.785

Comércio: 2.823

Indústria: 1.042

Aberturas ano a ano

2010: 9.517

2011: 9.456

2012: 8.418

2019: 422

2013: 8.763

Março

Agosto

2018: 335

2018: 508

2014: 7.251

2019: 333

2019: 400

2015: 7.297

Abril

Setembro

2018: 346

2018: 382

2016: 6.668

2019: 411

2019: 397

2017: 6.844

Totais

2018: 6.690

Maio

Outubro

2018: 4.315

2018: 377

2018: 385

2019: 4.991

2019: 7.651

2019: 440

2019: 430

Empresas fechadas

Junho

Novembro

Ranking de fechamentos em 2019

Comércio: 2.438

2018: 324

2018: 271

Janeiro

Serviços: 1.830

2018: 348

2019: 306

2019: 472

Indústria: 718

2019: 425

Julho

Dezembro

2018: 401

2018: 346

Fevereiro

2018: 292

2019: 417

2019: 538

Fonte: Jucern

Veículo: Tribuna do Norte
(online)

Data: 05/01/2020

Caderno/Coluna:
Geral

Fecomércio

Aspecto:
Neutra

A economia gira nas areias da praia de Ponta Negra

Publicação: 2020-01-05 00:00:00 | Comentários: 0

Ícaro Carvalho

Repórter

Usando calça e camisa social de manga longa, sapato preto bem engraxado e com um sorriso no rosto para agradar turistas e frequentadores, Eliomar Santana, 56 anos, faz da praia seu escritório. Entre vários ambulantes dos mais diversos tipos, Eliomar chama a atenção por onde passa na faixa de areia da principal praia do Rio Grande do Norte. Carregando uma bandeja de alumínio com garrafas de café, canjica, bolo de macaxeira e pamonha, Ele é um dos milhares de natalenses e trabalhadores que fazem de Ponta Negra o seu local de trabalho e o "ganha-pão".



Eliomar Santana, de 56 anos, ganha a vida vendendo comidas típicas em Ponta Negra. Vestido de roupa social, ele faz parte do grande grupo que sobrevive do turismo na principal praia do Estado

saiba mais

- Falta ordenamento de ambulantes em Ponta Negra
- Praia de Ponta Negra terá mudanças estruturais em 2020

“Trabalho assim porque procuro atrair os meus clientes. É o meu diferencial. Tem me ajudado muito mesmo”, explica sobre sua característica. Diariamente, há 22 anos, ele vende comidas típicas do Nordeste com um bom café para quem passou o dia na beira da praia. “Meu trabalho para mim é o mesmo que ser uma festa”, conta.

Eliomar não é o único que ganha a vida na praia. Em Ponta Negra, por exemplo, as oportunidades vão desde ao vendedor de coco ao empresário que investe em hotéis e restaurantes na orla e no bairro da praia. A principal praia da capital potiguar, o cartão postal de Natal, tem um grupo grande de pessoas nascidas em Natal ou em outras cidades que tiram da praia, o seu sustento. A artesã de pulseiras e colares, o vendedor de mesas e cadeiras na beira da praia, o orientador de aulas de surfe e stand up surfe, ao garçom, camareira, cozinheira e assistentes de serviços gerais nos hotéis e pousadas da região, são alguns que buscam sua renda no local.

Caminhando pela orla e pela faixa de areia, dá para se ter uma noção de quanto se gasta numa manhã em Ponta Negra. A água mineral, o coco e o refrigerante, por exemplo, tem preços médios entre R\$ 2, R\$ 3 e R\$ 5, respectivamente. Uma mesa com guarda-sol e quatro cadeiras custa entre R\$ 20 e R\$ 30, podendo chegar valores superiores. Há barracas que, a depender do consumo, não cobram a mesa. Ao todo, 29 quiosques ofertam comidas e bebidas na praia.

Na praia de Ponta Negra, por exemplo, é onde se encontra a maior concentração turística e hoteleira de Natal. Dos cerca de 30 mil leitos disponíveis na capital potiguar, cerca de 26 mil deles, 86%, estão localizados naquele espaço. Os dados são da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio Grande do Norte (ABIH-RN).

“Se você tem um número relevante de hotéis, bares, restaurantes e atividades ativas, é simples de fazer a conta. A atividade de turismo atinge 52 setores e portanto Ponta Negra vive basicamente do turismo. É uma cadeia que emprega muito.”, comenta José Adécio, presidente da entidade. Em janeiro do ano passado, segundo ele, a ocupação foi de 85%. Os dados deste ano ainda serão tabulados.

A praia também é conhecida por ser democrática e acessível a natalenses e turistas. Isso porque há uma oferta e uma demanda diversa de preços, sejam de hotéis, bares e restaurantes. Em sites de pesquisa e reservas, por exemplo, há diárias mais acessíveis a partir de R\$ 60, indo para spas de luxo com preços entre R\$ 900 e até R\$ 1.500.

Aliado a essas questões, na rua Erivan França, é possível ver uma série de restaurantes, bares, conveniências, lojas de roupas e outros serviços. Subindo algumas ruas depois, é possível notar uma praça com pelo menos 20 food trucks, que desde 2016 ofertam uma nova modalidade de comida para os frequentadores de Ponta Negra.

“Em Ponta Negra existe o mais luxuoso de Natal, recém-inaugurado, seis estrelas, até uma pousada de R\$ 50, um hostel, pousada simples. Você tem uma oferta de hospedagem totalmente diversificada da mesma forma para parte de restaurantes”, avalia George Gosson, empresário e proprietário de dois hotéis em Ponta Negra.

Mesmo tendo papel importante na economia de Natal e do Rio Grande do Norte, a Secretaria de Turismo de Natal não tem dimensão de quantos turistas frequentam, em média, a praia. Aliado a isso, o secretário Fernando Fernandes disse também não ter estimativa de quanto a principal praia da cidade movimentada em valores financeiros.

“A Prefeitura tem uma parceria com a Fecomercio e é feito levantamento com relação a fluxo turístico e movimentação financeira de eventos específicos, como Natal em Natal, caso do Carnaval e do São João. Em Ponta Negra temos a maior concentração de leitos”, explica.

A TRIBUNA DO NORTE ouviu as pessoas que estavam em Ponta Negra durante a reportagem:

Paulo Henrique

38 anos, Instrutor de Surfe e Stand Up

Trabalhando há dez anos em Ponta Negra, o natalense Paulo Henrique, 38 anos, dá aulas de surfe e de stand up, esporte havaiano precursor ao surfe. Na alta temporada, ele conta que chega a ministrar 20 aulas por dia, em preços que variam de R\$ 30 a R\$ 130 por uma hora de aula. “O fluxo é bom, na alta temporada é excelente. Na baixa estação ficamos mais com o pessoal que mora aqui em Natal”, comenta.



Paulo dá aulas de domingo a domingo em uma área pouco antes do Morro do Careca

Ele dá aulas de domingo a domingo e em alguns casos, precisa chegar às 5h e vai até às 17h. Trabalhando pouco antes do Morro do Careca, Paulo avalia a praia como excelente, mas diz que o ambiente precisa de melhorias. “Você vê que quase não tem espaço. Ficaram de fazer a engorda mas está só no papel. Colocaram esse enrocamento aí mas foi só para trazer rato”, disse. “No fato desses seis meses parar, vamos sofrer um pouco, mas para uma melhora. Vou ter que me virar em outra forma de trabalho.”

Adelmo Junior

39 anos, vendedor de crepe

Com mãos rápidas e ágeis ao mesmo passo que pega vários ingredientes e dá conta de diversos pedidos no forte calor de Natal, o natalense Adelmo Junior, 39 anos, ao lado da esposa, Angélica, 38, se viram para dar conta dos pedidos em Ponta Negra. Com crepes que variam de R\$ 12 a R\$ 15, ele conta que, em dias muito movimentados, chega a vender cerca de 100 crepes por dia. O cardápio de Adelmo tem 15 sabores, que atendem carnívoros e vegetarianos.



A barraca de Adelmo e Angélica, sua esposa, conta com 15 sabores de crepe. Para ele, a estrutura para os vendedores ambulantes ainda deixa a desejar

“Acho que a estrutura é péssima. O que tem que melhorar é tudo. Estrutura para a gente trabalhar, com a maré alta não dá pra andar com o carrinho”, revela Adelmo. Ele voltou a trabalhar em Ponta Negra como vendedor de crepe nas últimas semanas. Antes, trabalhou de auxiliar de cozinha num restaurante na praia. A principal motivação foi a falta de emprego, revela. “Acho que poderia ser melhorar o cadastro. A gente tem um mas não serve de nada.”

Cláudio Mendes Borges

50 anos, motorista

Natural de Goiânia, o motorista Cláudio Borges, 50 anos veio à Natal pela primeira vez com a família e disse que estava gostando de passar alguns dias na capital potiguar e em Ponta Negra. Ele citou o clima familiar do local como um dos fatores que lhe atraíram. “Praia tranquila, os preços não são exagerados, os mesmos que estamos acostumados lá em Goiânia, de cerveja e petiscos, e tranquilo. Muito familiar”, disse.



Turista goiano, Cláudio Mendes veio com sua família à capital potiguar antes do Reveillon

Veículo: Tribuna do Norte (online)	Data: 04/01/2020	Caderno/Coluna: Geral	Fecomércio	Aspecto: Neutra
--	-------------------------	---------------------------------	------------	---------------------------

Cotados para vice

Publicação: 2020-01-04 00:00:00 | Comentários: 0

Enquanto as articulações se intensificam para a definição de candidaturas a prefeito, também há conversas sobre quem vai formar as chapas, como vice, das principais candidaturas. Para ser o vice na coligação que terá o prefeito Álvaro Dias como candidato à reeleição, os nomes cogitados são da deputada Eudiane Macedo, da vereadora Nina Souza e do presidente da Fecomércio, Marcelo Queiroz.

Veículo: Agora RN (impresso)

Data: 07/01/2020

Caderno/Coluna:
Opinião

Notícia de Interesse

Aspecto:
Neutra

Cheque especial

Limite de juros começa a valer esta semana

Modalidade de crédito com taxas que quadruplicam uma dívida em 12 meses, o cheque especial tem juros limitados a partir desta semana. Desde esta segunda-feira, 6, os bancos não podem cobrar taxas superiores a 8% ao mês, o equivalente a 151,8% ao ano.

A limitação dos juros do cheque especial foi decidida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) no fim de novembro. Os juros do cheque especial encerraram novembro em 12,4% ao mês, o que equivale a 306,6% ao ano.

Ao divulgar a medida, o Banco Central (BC) explicou que o teto de juros pretende tornar o cheque especial mais eficiente e menos regressivo (menos prejudicial para a população mais pobre). Para a autoridade monetária, as mudanças no cheque especial corrigirão falhas de mercado nessa modalidade de crédito.

Veículo: Agora RN (impresso)

Data: 07/01/2020

Caderno/Coluna:
Política

Notícia de Interesse

Aspecto:
Neutra

Presidente do Supremo manda União tirar o RN do cadastro de inadimplência

Inclusão do RN no Cauc/Siafi foi motivada pelo não envio à União de um relatório referente à destinação de gastos com educação. Governo do Estado alega que não conseguiu enviar os dados por causa de falha do Sistema de Informações

O ministro Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que o governo federal retire as inscrições dos estados de Minas Gerais e do Rio Grande do Norte de três cadastros de inadimplência: do Cauc (Cadastro Único de Convênios), do Cadin (Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal) e do Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira).

Ao proferir as decisões no âmbito das Ações Cíveis Originárias (ACOs) 3341 e 3342, Toffoli indicou que buscou evitar a possibilidade de os estados perderem prazos para a celebração de contratos e convênios, o que colocaria em risco a continuidade de políticas públicas implementadas por meio do repasse de verbas federais.

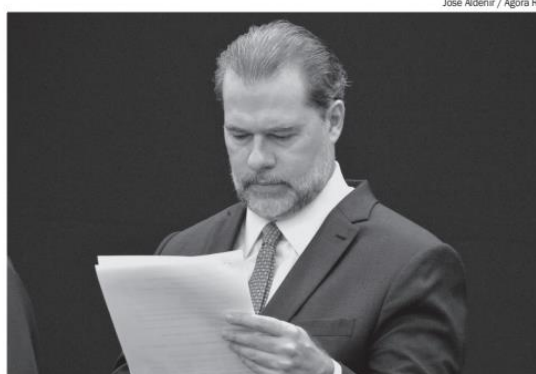
O ministro também registrou que a inclusão nos cadastros restritivos de créditos da União violava o princípio constitucional do devido processo legal. As informa-

ções foram divulgadas no site do Supremo.

As liminares foram concedidas no último dia 31, durante o plantão judiciário. Nesse período, cabe ao presidente do Supremo analisar casos urgentes. Após acolher os pedidos, Toffoli encaminhou as ações aos gabinetes dos relatores, ministro Roberto Barroso (ACO 3341 - Minas) e ministro Ricardo Lewandowski (ACO 3342 - Rio Grande do Norte).

No caso do Rio Grande do Norte, a inclusão no Cauc/Siafi foi motivada pelo não envio à União do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) referente à destinação de gastos com a educação. O Estado alega que não conseguiu enviar os dados por causa de falha do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope).

O Estado argumenta, no entanto, que o Siope é mero meio eletrônico para coleta, processa-



José Aldenir / Agora RN

Dias Toffoli proferiu decisão durante plantão judiciário, no dia 31 de dezembro de 2019

mento, disseminação e acesso público às informações pertinentes, mas não se mostra idóneo para o controle administrativo e de eventuais problemas na entrega dessas informações.

Na avaliação de Toffoli, a in-

clusão dos estados nos cadastros restritivos de créditos da União e o impacto nas políticas públicas que dependem das receitas decorrentes de transferências voluntárias e de convênios em curso trazem prejuízo aos entes federativos.

Com relação aos autos do Rio Grande do Norte, o presidente do STF destacou que não foram imputadas falhas graves ao Estado que justificassem que requisitos fiscais não foram cumpridos.

Na ação apresentada ao Supremo, o Estado de Minas Gerais alegou que os supostos débitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) que levaram sua inscrição no Cauc são questionados no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Além disso, o governo estadual indicou que suas dívidas estão sendo renegociadas, e argumentou que a ação da União atentava contra o pacto federativo e com os compromissos financeiros do estado, além de colocar em risco a autonomia deste.

Ao analisar o caso de Minas Gerais, o ministro considerou que, realmente, as notificações fiscais que teriam motivado a negativação ainda se encontram pendentes de apreciação no STJ.

Veículo: Agora RN (impresso)

Data: 07/01/2020

Caderno/Coluna:
Política

Notícia de Interesse

Aspecto:
Neutra

Ano novo começa com pré-candidatos à Pr

Em Natal, única cidade do Rio Grande do Norte com possibilidade de segundo turno, pelo menos sete nomes despontam como pré-candidatos e outros três partidos também devem lançar candidaturas próprias, ainda sem definir o nome

Com a chegada do ano novo, devem se intensificar nas próximas semanas os debates sobre as eleições municipais de 2020. Este ano, os brasileiros vão às urnas para escolher novos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, para mandatos entre 2021 e 2024. De acordo com a Justiça Eleitoral, o primeiro turno acontecerá em 4 de outubro. Nas cidades onde houver segundo turno, a votação será no dia 25 do mesmo mês.

Em Natal, única cidade do Rio Grande do Norte com possibilidade de segundo turno na disputa para prefeito e vice – já que a de vereador termina no primeiro turno, pelo menos sete nomes despontam como pré-candidatos e outros três partidos também devem lançar candidaturas próprias, ainda sem definir o nome.

Um dos candidatos deve ser o atual prefeito, Álvaro Dias, que pode concorrer à reeleição. Filiado ao MDB e eleito vice-prefeito em 2016, Álvaro está no cargo desde abril de 2018.



Álvaro Dias (MDB) tem afirmado que ainda não decidiu se será candidato



Natália Bonavides é o nome preferido do PT, mas tem ignorado a pressão



No PSOL, Sandro Pimentel é estimulado a concorrer à Prefeitura em 2020



Fernando Pinto foi aprovado no processo seletivo do Partido Novo



Keijps Lima



Rosália F...

2018, quando o então prefeito Carlos Eduardo Alves renunciou para concorrer ao Governo do Estado – ele perdeu para Fátima Bezerra.

Oficialmente, Álvaro afirma que não decidiu se será candidato à reeleição. Em entrevista à rádio Agora FM (97,9) dias atrás, o prefeito falou que tem priorizado a administração. “Eu não sei se vou ser candidato à reeleição. Meu foco é a gestão, a administração. É o que tem me consumido, no que eu tenho pensado. Para mim, as coisas para dar certo têm que ter foco. Não pensei nem vou pensar nisso agora. Só daqui a seis meses, sete meses, é que eu vou decidir. Não vou mudar o foco da minha gestão”, afirmou.

Apesar de o prefeito adotar tom de cautela ao falar sobre a possível candidatura, já há nomes cogitados até para compor a chapa na condição de vice. São ventilados os nomes da deputada estadual Eudiane Macedo (Republicanos) e da vereadora Nina Souza (PDT).

Segundo o calendário das eleições divulgado pela Justiça Eleitoral, os partidos têm de definir seus candidatos em uma convenção, que deve ser realizada entre os dias 20 de

julho e 5 de agosto. Terminado este prazo, as candidaturas precisam ser homologadas em até dez dias. Em 16 de agosto, começa a campanha propriamente dita, com autorização para propaganda.

O partido da governadora Fátima Bezerra, o PT, deverá ter candidatura própria à Prefeitura do Natal, mas a definição do nome vai ficar para mais perto do período das convenções. Mais cotada para ser a candidata do partido, a deputada federal Natália Bonavides – a deputada mais votada em Natal nas eleições de 2018 – voltou a descartar, na semana passada, ir para a disputa.

Em entrevista ao portal Saiba Mais, Natália Bonavides sugeriu ao PT que “teste” outros nomes em pesquisa, como o senador Jean Paul Prates, o secretário Fernando Mineiro (Gestão de Projetos e Relações Institucionais) e o médico Alexandre Motta. “Pela avaliação política que tenho feito até agora, acredito que minha tarefa nesse momento é na Câmara, no Parlamento”, afirmou a deputada, que tem sido pressionada por dirigentes partidários a

concorrer, inclusive pelo ex-presidente Lula.

O deputado estadual Kelps Lima, que foi o segundo mais votado nas eleições de 2016 – perdendo para Carlos Eduardo –, deverá ser o candidato do Solidariedade a prefeito de Natal em 2020. A pré-candidatura foi formalizada no fim do mês passado, quando ele transmitiu o comando estadual do partido para o seu suplente na Assembleia Legislativa, o ex-prefeito de Almino Afonso Lawrence Amorim.

“Queremos gente que não olhe a máquina pública como uma oportunidade de ganhar dinheiro. Queremos gente que pense sob a lógica de que o Estado precisa atender e melhor à população, a um custo cada vez menor. E isso só se consegue com o exercício da eficiência e da disciplina fiscal e moral”, afirmou o deputado, em publicação recente nas redes sociais.

Na semana passada, o deputado postou no Facebook um texto que o compara ao atual prefeito, Álvaro Dias, antecipando o que pode ser uma disputa de segundo turno entre os dois. “Um lado emprega parentes e faz parte das oligarquias tradicionais, o outro não. Um

usa festas para iludir a população, enquanto outro quer gestão moderna na área de saúde e educação para mudar a vida das pessoas”, diz trecho da publicação.

O deputado estadual Hermano Moraes – que foi ao segundo turno das eleições de 2012 – também é apontado como pré-candidato a prefeito em 2020. No fim do ano passado, o parlamentar anunciou sua filiação ao PSB, quatro meses após deixar o MDB. Presidido no Estado pelo deputado federal Rafael Motta, o PSB informou que apoia a candidatura de Hermano para a Prefeitura.

“(…) um deputado qualificado, trabalhador, experiente e que conhece profundamente Natal, onde foi vereador por quatro mandatos. Estamos certos de que ele está preparado para colaborar ainda mais com a nossa capital. Tem o total apoio do partido para isso”, declarou Rafael Motta.

Candidato a governador nas eleições de 2018 pelo PSOL, terminando a disputa em 5º lugar, o professor Carlos Alberto Medeiros é o pré-candidato do PV para 2020. Ele, inclusive,

Com pelo menos 10 candidatos para a Prefeitura do Natal

José Aldenir / Agora RN



...a (Solidariedade) foi o segundo mais votado nas últimas eleições

Facebook / Reprodução

José Aldenir / Agora RN



Hermano Morais tem apoio do PSB para voltar a concorrer em Natal

José Aldenir / Agora RN

José Aldenir / Agora RN



Candidato a governador em 2018, Carlos Alberto é pré-candidato pelo PV

José Aldenir / Agora RN



...mandes é um dos nomes avaliados pelo PSTU



Coronel Azevedo (PSC) diz que candidatura a prefeito "não é impossível"



General Girão tem nome cogitado dentro do grupo do Aliança pelo Brasil

é o presidente do diretório municipal da legenda. O professor tem se posicionado em direção oposta à do prefeito Álvaro Dias na discussão de temas como a revisão do Plano Diretor.

“Natal precisa crescer com sustentabilidade. A cidade é um ambiente onde todos convivem. Não podemos desmatar o que resta no nosso litoral”, comentou durante sua posse na presidência do diretório municipal da legenda, em agosto do ano passado.

O PSOL também já decidiu que terá candidatura própria à Prefeitura do Natal. De acordo com o deputado estadual Sandro Pimentel – nome mais cotado dentro da sigla para concorrer ao cargo –, o partido está “construindo o programa de governo coletivamente” antes de decidir o nome.

Sandro Pimentel agradece as menções ao seu nome, mas diz que, no momento, prefere focar no mandato de deputado estadual para o qual foi eleito. “Mas temos três nomes em plenas condições. Um desses desempenhará com brio e honra a candidatura”, disse, ao Agora RN.

O partido Novo, que vai disputar em

2020 sua primeira eleição para a Prefeitura do Natal, escolheu o nome do advogado e empresário Fernando Pinto para a disputa. Diferentemente dos outros partidos, a decisão sobre a pré-candidatura foi precedida de um processo seletivo, no qual Fernando conseguiu aprovação.

Pelas redes sociais, Fernando Pinto tem divulgado algumas de suas ideias, antecipando o tom da campanha eleitoral. Ele tem defendido, seguindo a cartilha do partido Novo, a diminuição do aparelho estatal e a modernidade na gestão pública.

“Precisamos modernizar e desburocratizar o município para gerar um ambiente livre com oportunidades para todos. (...) Não podemos deixar que transformem a cidade mais linda do Brasil num ambiente hostil, que gradativamente tem a sua beleza dilapidada pela ineficiência dos gestores públicos e apatia da sociedade, que hoje está sem rumo e desorganizada”, escreveu, no mais recente post no Instagram.

O PSTU, que tem raízes no movimento sindical, também deverá ter candidatura

própria à Prefeitura do Natal. Ao Agora RN, o partido informou que a disputa eleitoral começará a ser discutida internamente neste mês de janeiro, quando serão apresentadas as pré-candidaturas.

Entre os nomes cotados, estão o professor Dário Barbosa, a assistente social Rosália Fernandes, o enfermeiro Manoel Egídio e a professora Socorro Alves. Em 2016, Rosália Fernandes foi a candidata do partido – terminando a disputa em penúltimo lugar, com apenas 1.398 votos.

Outro nome cotado para a disputa é o do deputado estadual Coronel Azevedo, que foi eleito parlamentar pelo PSL, mas que depois trocou a legenda pelo PSC. Em entrevista recente à rádio Agora FM (97,9), o deputado não descartou a candidatura a prefeito. Segundo ele, concorrer à sucessão do prefeito Álvaro Dias “não é impossível”.

Além dele, existe a possibilidade de o grupo que comandava o PSL no Estado – prestes a migrarem para o Aliança pelo Brasil – apresentar uma candidatura própria à Prefeitura

do Natal em 2020. O nome mais cotado é o do deputado federal General Girão.

Perguntado sobre o assunto, o parlamentar tem dito que pretende cumprir os quatro anos de mandato de deputado federal, mas não descarta concorrer à Prefeitura. “Não vou nem dizer nem que sim nem que não (sobre candidatura), mas pretendo continuar trabalhando como deputado federal”, afirmou, em recente entrevista à 97 FM.

CALENÁRIO RESUMIDO DAS ELEIÇÕES

05/03 a 03/04: Janela partidária
04/04: Prazo máximo para registro de partidos que pretendem concorrer
20/07 a 05/08: Período das convenções
15/08: Registro das candidaturas
28/08 a 01/10: Horário eleitoral na TV (primeiro turno)
04/10: Primeiro turno
25/10: Segundo turno

Fonte: TSE

Veículo: Agora RN (impresso)

Data: 07/01/2020

Caderno/Coluna:
Geral

Notícia de Interesse

Aspecto:
Neutra

RN fecha 2019 como líder na exportação de frutas no Brasil

Fruticultura potiguar exportou US\$ 158,3 milhões no ano passado, superando Bahia e Pernambuco

O volume de exportações a partir do Rio Grande do Norte encerrou 2019 em US\$ 349,3 milhões, o maior montante em pelo menos dez anos (só há dados disponíveis neste período).

“Destaque para as exportações de frutas (US\$ 158,2 milhões), cuja liderança nacional ficou com os exportadores potiguares”, comemorou o secretário estadual de Planejamento e Finanças, Aldemir Freire, pelo Twitter. Ele, antes de se incorporar à equipe da governadora Fátima Bezerra, chefiava o escritório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no RN.

O segundo lugar no ranking dos exportadores ficou com a Bahia, com US\$ 149,6 milhões.

Antes de 2019, o melhor resultado das exportações potiguares havia sido registrado em 2015, quando o RN fechou vendas ao exterior da ordem de US\$ 318 milhões.

No Twitter, o secretário aproveitou para reproduzir um comentário da governadora Fátima Bezerra sobre os números. “E com a ajuda do Proedi, esse número só vai crescer em 2020, trazendo cada

vez mais investimentos pro RN e mais empregos pro nosso povo, se Deus quiser!”, escreveu Fátima, se referindo ao programa de incentivos fiscais para a indústria.

“Além do Rio Grande do Norte liderar as exportações brasileiras de frutas, também lidera as exportações de peixes frescos ou refrigerados (geralmente atuns)”, acrescentou Aldemir Freire.

EMPRESAS

O secretário de Planejamento e Finanças divulgou, ainda, números sobre a abertura de novas empresas no RN em 2019. Segundo os dados, foram 7.651 empresas abertas no ano passado, o melhor resultado desde 2013, quando foram abertas 8.763 novas empresas.

“Foram quase 1.000 empresas abertas a mais em 2019, comparado a 2018. A expectativa é que essa recuperação continue ao longo de 2020”, projetou Aldemir Freire.

“Fôlego renovado para 2020 com a certeza de que estamos no caminho certo para continuar colocando o RN nos trilhos do desenvolvimento”, complementou Fátima.

Veículo: Agora RN (impresso)

Data: 07/01/2020

Caderno/Coluna:
Geral

Notícia de Interesse

Aspecto:
Neutra

Custo

Inflação para famílias de renda baixa encerra ano em 4,60%

O Índice de Preços ao Consumidor – Classe 1 (IPC-C1), que mede a inflação para famílias com renda até 2,5 salários mínimos, fechou 2019 com inflação de 4,60%. Segundo a Fundação Getulio Vargas (FGV), a taxa é superior aos 4,17% registrados no ano anterior.

A taxa do IPC-C1 em 2019 também é superior ao registrado pelo Índice de Preços ao Consumidor – Brasil (IPC-BR), que mede a inflação para todas as faixas de renda, que ficou em 4,11% no período.

Os principais impactos no IPC-C1 em 2019 vieram das classe alimentação, com alta de preços de 6%, e transportes, com 6,01% no período. As demais classes de despesas tiveram as seguintes taxas de inflação: saúde e cuidados pessoais (4,07%), educação, leitura e recreação (4,46%), despesas diversas (5,17%) e comunicação (1,22%).

Em dezembro de 2019, o IPC-C1 ficou em 0,93%, acima do 0,56% de novembro e do 0,77% registrado pelo IPC-BR em dezembro.

Veículo: Agora RN (impresso)

Data: 07/01/2020

Caderno/Coluna:
Cidades

Notícia de Interesse

Aspecto:
Neutra

Preço da carne deve cair nos próximos meses, avalia Ministério da Agricultura

Valor da arroba do boi gordo caiu 15% no início de janeiro, o que interrompe a alta de 28,5% que salgou o preço da carne nos últimos seis meses; frigoríficos de Natal registram redução nos valores de cortes de carne, como contrafilé e o patinho

“O pessoal sentiu a alta, mas se acostumou. E, quando já estavam acostumados, o preço caiu”. A constatação foi feita por Maria, caixa de um frigorífico localizado na zona Leste de Natal, que não levou em conta o anúncio feito pelo Ministério da Agricultura na passagem do ano, de queda na cotação da arroba (15 quilos) do boi gordo.

O valor do produto, que no começo de dezembro era de R\$ 216, registrou queda média de 15%, passando para R\$ 180 no dia 30, véspera de Ano Novo. “Aí, você sabe, um fala para o outro, o outro para o outro, mas não posso dizer quanto essa queda no preço aumentou nas vendas, já que a turma adora carne de qualquer jeito”, completa Maria.

Em frigoríficos de Natal, o quilo da maminha, que era de R\$ 34,99, caiu para R\$ 29,99; a do contrafilé,

que estava a R\$ 45,99 o quilo, baixou para R\$ 40. Mas a queda recorde ficou por conta do patinho, que, de R\$ 45,00 no começo do mês passado, já foi vendido na passagem do ano por R\$ 29,99.

Segundo projeções do Ministério da Agricultura, a arroba deve manter os preços atuais nos próximos meses, dependendo da praça. Essa queda do valor interrompe a alta de 28,5% que salgou o preço da carne nos últimos seis meses.

Outra razão para a provável estabilização nos preços está na eventual recuperação econômica, que favorece o consumo de carne no Brasil. No ano passado, beneficiado pela perda de rebanhos na China e pela alta do dólar, o Brasil ganhou mercado e vários frigoríficos foram habilitados para vender mais carne no exterior.



Valor do preço da carne bovina subiu 28,5% em pouco mais de seis meses em 2019

Só em novembro, mais cinco frigoríficos foram autorizados pelos chineses a exportar carne. Em ou-

tros países também houve avanços. Mais oito frigoríficos foram aceitos pela Arábia Saudita no mesmo

mês.

A carne brasileira é competitiva no mercado internacional porque é mais barata que a carne de outros países produtores, como a Austrália e os Estados Unidos, onde o gasto de criação dos bois é mais oneroso por causa do regime de confinamento e alimentação.

O Brasil produz cerca de 9 milhões de toneladas de carne por ano; 70% é consumida internamente. A alta recente dos preços do boi viabilizou a renovação do gado quando o preço dos bezerros está valorizado. A compra dos bezerros é necessária para repor o gado abatido nos últimos anos. Além disso, em época de chuva, com pasto mais volumoso, os pecuaristas vendem menos bois e mantêm os animais em engorda, o que também repercute na oferta e no preço do alimento.

Veículo: Agora RN (impresso)	Data: 07/01/2020	Caderno/Coluna: Cidades	Notícia de Interesse	Aspecto: Neutra
-------------------------------------	-------------------------	--------------------------------	-----------------------------	------------------------

Poupança deixa de ser porto seguro para a população, aponta especialista em finanças

Com a poupança rendendo menos que a inflação, ou seja, sem rendimento real, a diarista Marlene Santos, de Parque das Dunas, na zona Norte de Natal, viu escorrer pelo ralo a única aplicação que ela e outros milhões de brasileiros ainda confiavam, pelo menos até agora: a caderneta de poupança.

Fernando Amaral, professor de Finanças na FGV, consultor de empresas e de gestão fiscal para a administração pública no RN, explica que as sucessivas quedas na taxa básica de juros (Selic) liquidaram a última defesa das pessoas mais humildes contra a corrosão de seu poder de compra.

“Não é preciso nem dizer que a grande maioria das pessoas tem dificuldade para investir, já que não conseguem economizar nada do dinheiro do mês, devorado pelos custos com habitação, alimentação, transporte, vestuário, higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde e outras despesas correntes que consomem 90% do orçamento de quem ganha um salário mínimo”, lembra.

Com isso, segundo o consultor,



José Aldenir / Agora RN

Fernando Amaral sugere investimentos em títulos do tesouro direto da União

menos de 1% da população no Brasil investe no mercado financeiro. Aqui no RN, apenas 11 mil CPFs estão ativos na Bovespa. “É uma pena que seja assim, uma vez que o mercado financeiro no Brasil é maduro, embora com poucas empresas listadas”, acrescenta.

Além disso, corretoras sérias estão diariamente oferecendo suporte e vários cursos estão disponíveis para poder aprender sobre tipos de investimentos e como investir, nem que seja em renda fixa.

“Trata-se de um investimento que tem uma rentabilidade previsível, seguindo uma taxa mensal como Selic ou CDI, que está 4,40% ao ano. Mesmo esses investimentos possuem uma margem de segurança melhor, mas como diz a literatura, ‘quanto menor o risco, menor o retorno’”, diz.

Fernando Amaral pontua que uma alternativa que tem sido muito buscada é investir no tesouro direto, título emitido pelo governo federal, que tem um rendimento

um pouco melhor de 7% ao ano.

“Crescimento do patrimônio tem sido muito buscado por quem investe em renda variável, que é o investimento sem nenhuma taxa atrelada e sem rendimento mensal pré-determinado”, pontua o consultor. “E investir em ações. Opções de ações são as mais procuradas nessa modalidade de investimento”, acrescenta.

A retomada da economia, a confiança do País no cenário internacional e um conjunto de fatores internacionais têm dado um tom otimista para investir nesses papéis, acredita Fernando.

Segundo ele, o índice Ibovespa, que subiu 209% de 2009 para cá, está em máxima histórica. O índice da bolsa americana S&P também e bolsas na Europa e Ásia tem registrado máximas constantemente.

“Um caso que ganhou grande repercussão foi a valorização das ações da Magazine Luiza, que saiu de R\$ 0,40 em meados de 2015 e hoje está R\$ 48,88, uma valorização de 35.000%. Quem tivesse investido R\$ 1 mil hoje teria R\$ 351 mil”, exemplifica.



Fecomércio RN
Sesc | Senac



JORNAIS - PORTAIS - BLOGS

ANÁLISE DE MÍDIA
BRASIL

Veículo: Folha de São Paulo

Data: 04/01/2020

Caderno/Coluna:
Mercado

Notícia de Interesse

Aspecto:
Neutra

Número de novas ações trabalhistas no país caem 32% dois anos após reforma

Láissa Barros

SÃO PAULO | AGORA Dois anos após promulgação da reforma trabalhista —as mudanças aprovadas na gestão do então presidente Michel Temer passaram a valer em novembro de 2017—, o número de novos processos abertos na primeira instância da Justiça do Trabalho caiu 32%.

De acordo com dados do Tribunal Superior do Trabalho, de janeiro a outubro de 2017, as varas do trabalho de todo o país tinham 2,2 milhões de ações em andamento.

No mesmo período em 2019, o total de processos trabalhistas recuou para 1,5 milhão, um recuo de quase 32%.

A redução, segundo análises, está principalmente relacionada à regra criada pela reforma que obriga a parte vencida a pagar os honorários do advogado da outra parte.

Os honorários de sucumbência não eram cobrados do trabalhador antes da reforma. Além disso, a nova legislação pode obrigar o trabalhador a

pagar os custos do processo.

A advogada Larissa Salgado, sócia do escritório Silveiro Advogados, afirma que muitos trabalhadores desistem da ação por temerem a cobrança caso percam a ação.

Ela ressalta, porém, que decisões de Tribunais Regionais do Trabalho têm excluído a cobrança dos honorários de

sucumbência nos casos em que há comprovação de que o trabalhador não possui condições financeiras para realizar o pagamento.

“Percebemos que os pedidos feitos após a reforma estão mais sintetizados. É importante lembrar que para trabalhadores que não tiveram direitos respeitados, continua existindo a Justiça”, diz.

A tendência, afirma, é que os números de processos trabalhistas continuem caindo, já que o risco do não reconhecimento do direito requisitado aumentou após a reforma.

Para Danilo Cuccati, sócio do Cuccati Advogados, outros pontos da reforma que explicam a diminuição dos números de processos são a desobrigação de homologação da demissão pelo sindicato da categoria do trabalhador e a possibilidade de rescisão amigável entre ele e a empresa.

“Às vezes, o trabalhador não sabe que teve direitos retirados, já que a homologação frente ao sindicato não é mais obrigatória. Então, questões

+ O que derrubou o número de ações

Honorários Trabalhador que perder a ação pode ser condenado a pagar honorário do advogado da empresa e custas do processo

Homologação A confirmação da demissão por meio da análise do sindicato da categoria deixou de ser obrigatória

Novas regras Terceirização, trabalho à distância e redução do horário de almoço foram regulamentados pela reforma

2,2 milhões de processos trabalhistas foram abertos na primeira instância de janeiro a outubro de 2017

1,5 milhão de novas ações foram abertas de janeiro a outubro de 2019

Fontes: TST, Larissa Salgado, sócia do Silveiro Advogados e Danilo Cuccati, sócio do Cuccati Advogados

que antes eram judicializadas não são mais, e o empregado sai sem saber que foi prejudicado”, afirma Cuccati.

No caso da rescisão amigável, afirma, o empregado que concorda com as verbas trabalhistas pagas pelo empregador se compromete a não contestar o acerto na Justiça.

Cuccati ressalta ainda que questões regulamentadas pela reforma, como a terceirização, o trabalho à distância, e a flexibilização do intervalo para o almoço colaboraram para a diminuição dos processos.

Oito pontos da reforma ainda são questionados no Supremo Tribunal Federal. Há três temas na pauta de julgamentos deste semestre: trabalho intermitente, limite para indenizações por dano moral e a correção de ações pela poupança.

Há duas questões sem data para análise: novas regras para súmulas e definição do valor do pedido no início da ação.

Outros dois temas aguardam manifestação da Procuradoria-Geral da República: adoção de jornada 12 x 36 por meio de acordo individual e dispensa de autorização sindical nas demissões coletivas.

A MP do Emprego Verde Amarelo também é alvo de judicialização.

“Às vezes, o trabalhador não sabe que teve direitos retirados, já que a homologação [da demissão] frente ao sindicato não é mais obrigatória

Danilo Cuccati
Sócio do Cuccati Advogados

Veículo: Folha de São Paulo

Data: 05/01/2020

Caderno/Coluna:
Mercado

Notícia de Interesse

Aspecto:
Neutra

Municípios ampliam endividamento com banco público em 64%

Instituições reduziram os juros a prefeituras, que estão em crise fiscal, para fazer frente à ofensiva dos privados

Julio Wiziack
e Fábio Fabrini

BRASÍLIA Mergulhados em uma crise fiscal, municípios brasileiros aumentaram sua dependência de operações de crédito contraídas em bancos públicos em 2019.

Como o caixa ficou comprometido com pagamento de despesas, especialmente salários, os empréstimos foram destinados a investimentos antes feitos com recursos próprios, como obras de recapeamento de ruas, melhorias no atendimento de saúde e ampliação da rede de saneamento básico.

Dados do Tesouro Nacional obtidos pela *Folha* mostram que, até agosto, os municípios que mais se valeram dessas operações receberam R\$ 4,1 bilhões em financiamentos de instituições federais, como

brio da gestão fiscal. Com isso, segundo a administração, foi possível recuperar a capacidade de endividamento.

São Paulo, que segundo o governo está sem dívida, obteve mais R\$ 110,9 milhões que ajudaram a reforçar projetos nas áreas de habitação, drenagem, melhorias viárias, infraestrutura de transporte e modernização da rede de saúde.

Cidades de grande porte, como São José dos Campos e São José do Rio Preto (SP), também buscaram dinheiro emprestado para investimentos.

Como uma parte dessas prefeituras ainda tem as contas em ordem e muitas desfrutam de aval da União para novos empréstimos, viraram objeto de disputa entre os bancos.

As instituições públicas reduziram ainda mais os juros

mos com bancos estrangeiros.

“Essas instituições estão com excesso de liquidez [sobra de dinheiro no caixa] e buscando operações seguras”, disse Noman.

Empréstimos para entes públicos se tornaram uma relevante fonte de receitas para os bancos. Com a taxa básica de juros em patamares baixos (4,5% ao ano) e o custo de captação dos bancos em queda, é possível oferecer taxas atraentes para prefeituras.

Alguns secretários vêm optando por empréstimos até para destinar parte dos recursos como contrapartida em outros financiamentos, especialmente junto a instituições estrangeiras, como o Banco Mundial e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

Itaú, Bradesco e Santander costumam mirar nas grandes

Caixa Econômica, Banco do Brasil e Banco do Nordeste.

No mesmo período de 2018, esses valores somaram R\$ 2,5 bilhões. O aumento foi de 6,4%.

Em 2019, foram 776 os municípios que pediram empréstimos. No ano anterior, 692.

As capitais concentraram as maiores operações. Fortaleza, por exemplo, saltou de R\$ 53,5 milhões, até agosto de 2018, para R\$ 317,3 milhões; Manaus, de R\$ 18,5 milhões para R\$ 130,6 milhões no mesmo período; Recife, de R\$ 54 milhões para R\$ 168,8 milhões.

Em 2019, segundo o Tesouro, Salvador tomou mais R\$ 175,9 milhões, principalmente da Caixa, para obras viárias, de saneamento e de unidades de saúde. Há também crédito para melhoria da gestão administrativa e fiscal.

A prefeitura da capital baiana sustenta que o aumento no valor se deu porque nos últimos anos o município implantou um programa de saneamento financeiro e equilí-

para municípios com esse perfil, que é um a forma de fazer frente à ofensiva de instituições privadas como Itaú, Bradesco e Santander, que têm excesso de dinheiro em caixa e buscam repartir esse bolo de receita fácil e de risco baixo.

Recentemente, a Caixa perdeu para o Itaú (em consórcio com o BB) contrato de R\$ 900 milhões para financiar obras na rodovia Tamoios (SP).

Em Belo Horizonte, o banco estatal conseguiu apresentar a melhor taxa para um empréstimo de R\$ 200 milhões para que a prefeitura utilize os recursos em obras de saneamento. A Caixa disputou com Banco do Brasil, Itaú e Santander, ambos reunidos em sindicato.

Segundo o secretário de Finanças e Planejamento, Fuad Noman, a capital mineira possui estoque de R\$ 720 milhões em financiamentos com a Caixa e outros R\$ 180 milhões com o Banco do Brasil. Também fechou outros emprésti-

prefeituras, que têm risco definido pelo Tesouro como A (muito baixo) e B (baixo).

A Caixa, por sua presença em municípios espalhados por todo o Brasil, faz mais ofertas em prefeituras com risco C, mas com garantia real, como recebíveis (parte do pagamento da conta de serviços públicos).

A diferença de juros entre os bancos privados e os estatais, de forma geral, está na casa de 3% para esse segmento. A variação depende do tipo de projeto que será financiado.

Se o recurso for destinado para a ampliação de rede de água ou esgoto, por exemplo, os juros caem porque pode haver garantia extra por meio das receitas adicionais geradas pela prestação do serviço.

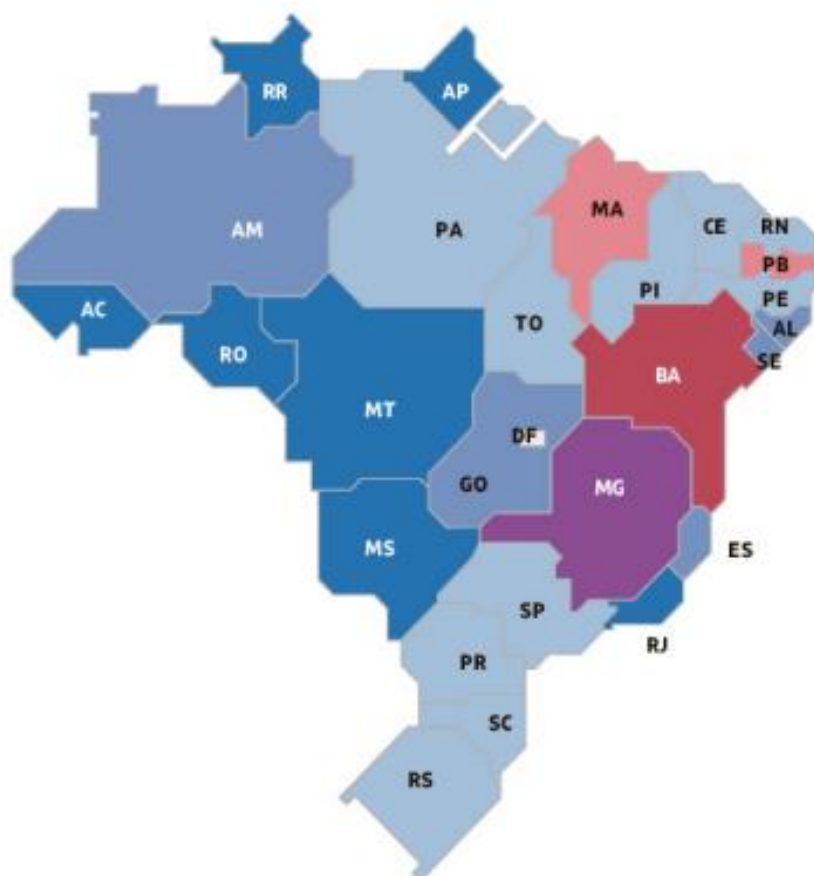
O aumento dos empréstimos ocorre no momento em que estados e municípios enfrentam uma grave crise fiscal, depois de anos de recessão, que fez secar a arrecadação própria de tributos como o predial (IPTU).

O Brasil que depende da União

Hoje, mais de 90% dos cofres de 1.802 municípios são abastecidos por repasses federais

Por número de municípios

- Mais de 300
- De 201 a 300
- De 101 a 200
- De 51 a 100
- De 20 a 50
- Até 20



Quase um terço das cidades depende de repasses da União

Praticamente um terço dos municípios sobrevive atualmente quase que exclusivamente com repasses provenientes do Tesouro Nacional.

Até agosto, mais de 90% da receita de 1.802 prefeituras saíram dos cofres federais por meio de repasses que totalizaram R\$ 39,4 bilhões. Dentre essas cidades, 23% são administradas por políticos da oposição a Jair Bolsonaro, como de PT, PSB, PPS e PCdoB.

No mesmo período de 2018, 2.440 prefeituras receberam R\$ 53 bilhões em repasses, que representaram mais de 90% do total das receitas.

Em um momento de arrocho fiscal, o ministro da Economia, Paulo Guedes, cogita extinguir boa parte desses municípios pequenos sem autonomia financeira.

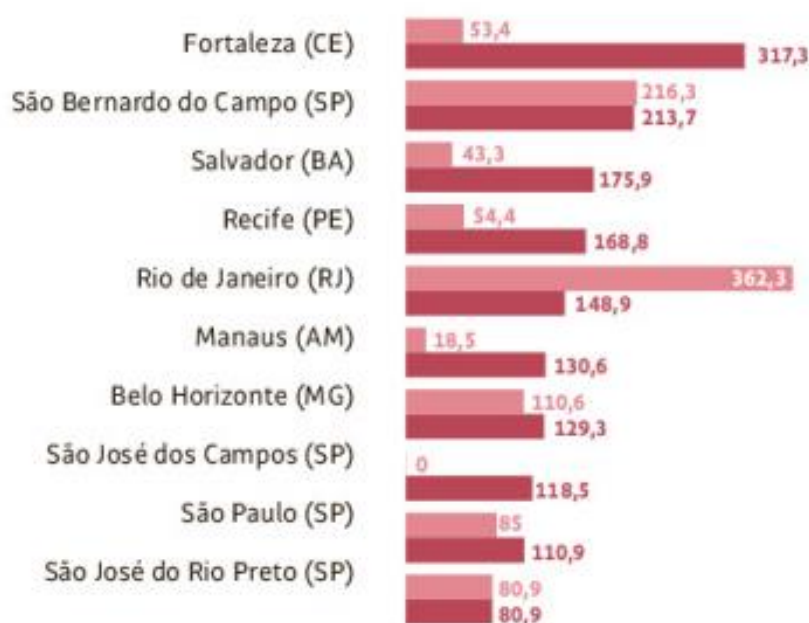
A proposta foi apresentada na PEC (Proposta de Emenda à Constituição) do Pacto Federativo e prevê que localidades com menos de 5.000 habitantes e arrecadação própria menor que 10% da receita total serão incorporadas pelo muni-

Bancos públicos turbinam cidades menores

Capitais concentraram operações que, no total, cresceram 64%

Empréstimos contratados, em R\$ milhões

■ 2018 ■ 2019*



Total



*Acumulado até agosto e considera somente os municípios com índice de dependência de recursos federais superior a 80%
Fonte: Tesouro Nacional

cípio vizinho a partir de 2025.

Por esse critério, 1.130 cidades desapareceriam, segundo estimativa do ministério.

“Nossa ideia é estimular a arrecadação própria para fugir desse corte”, disse o prefeito de Luís Domingues (MA), Gilberto Queiroz (PSDB). A cidade é a mais dependente da União. Dos R\$ 12,8 milhões em receitas, somente R\$ 25 mil vêm de arrecadação de tributos municipais, 0,2% do total.

Segundo o prefeito, cerca de 40% dos 6.900 habitantes sobrevive do garimpo clandestino de ouro e outros 30%, da exploração informal do açaí. O restante é de funcionários públicos, trabalha no pequeno comércio ou vive da pesca.

A ideia dele é formalizar o cultivo do açaí e firmar convênio com o governo estadual para que mineradoras e outras empresas que atuam local e não pagam o ISS (Imposto Sobre Serviços) passem a pagar. A Fazenda estadual recolheria e faria a repartição do imposto com Luís Domingues e outros municípios vizinhos que têm o mesmo problema.

“Acho que dá para ter pelo menos R\$ 600 mil de receita própria somente com essas medidas”, disse.

Veículo: Folha de São Paulo

Data: 06/01/2020

Caderno/Coluna:
Mercado

Notícia de Interesse

Aspecto:
Neutra

Cheque especial tem teto de 8%, e bancos adiam cobrança de taxa

Instituições afirmavam ser possível baixar juros se pudessem cobrar tarifa da qual agora abrem mão

Isabela Bolzani

SÃO PAULO O cheque especial não poderá custar mais do que 8% ao mês a partir desta segunda (6). A imposição do Banco Central para os bancos reduzirá o custo da linha, que era de 12,4% ao mês, na média.

Como compensação, o BC autorizou que os bancos passem a cobrar dos clientes uma tarifa para que eles tenham um limite de cheque especial disponível, demanda antiga das instituições financeiras.

A tarifa máxima é de 0,25% sobre o limite de crédito que superar R\$ 500 (veja quadro). Por enquanto, essa taxa para ter crédito disponível, porém, pode ser cobrada só de novas contratações, ou seja, que pas-

do que o aceitável e mesmo quem não utiliza a linha acaba pagando para manter a reserva das instituições", diz.

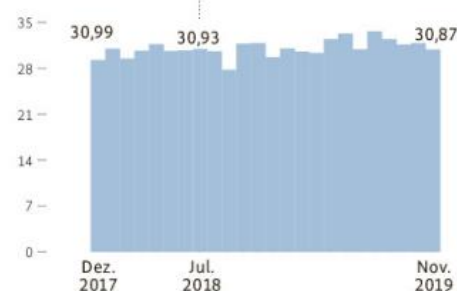
No ofício, a OAB afirma que as instituições financeiras estão sob as regras do Código de Defesa do Consumidor e que, assim, as relações entre clientes e instituições bancárias se qualificam como consumeristas — situação que requer cuidado ao fixar condições para a prestação de serviços.

"Falamos respeitosamente ao Banco Central para que desse um passo atrás. Mas caso não sejamos felizes nesta nossa iniciativa, estamos preparando uma ação pública, que será submetida ao Conselho Federal da Ordem no dia 10 de fevereiro", disse Santa Cruz.

Bancos poderão cobrar no máximo 8% ao mês no cheque especial

Mensalmente, os bancos emprestam R\$ 30 bilhões no cheque especial

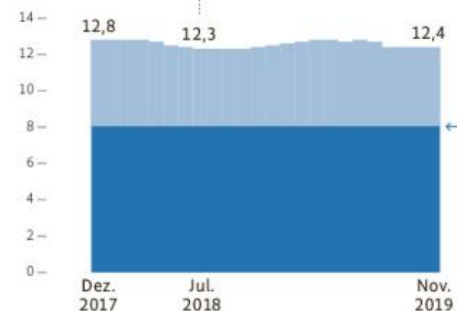
Concessões de cheque especial
Em R\$ bi



Entra em vigor autorregulação dos bancos que oferece crédito pessoal a quem passa mais de 30 dias no cheque especial

A linha tinha a taxa de juros mais cara do sistema financeiro, ao redor de 12,4%. Esse juro é maior que o do rotativo do cartão de crédito, que custa 12,1%

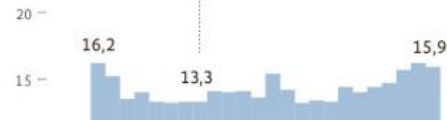
Taxa de juro
Em % ao mês



8% ao mês será o teto do juro do cheque especial a partir de 6 e janeiro

Os calotes no cheque especial são, porém, menores que o do cartão de crédito. A inadimplência no rotativo do cartão

Inadimplência
Em %



sou a ter o serviço disponível apenas a partir desta segunda.

Dos grandes bancos, apenas o Santander diz que cobrará pela tarifa do cheque especial neste primeiro momento.

Para correntistas que já têm o crédito disponível, a taxa poderá ser cobrada a partir de 1º de junho. O BC considera como novos contratos apenas aqueles que realmente representem uma nova contratação do produto. Alterações no limite (tanto por parte do cliente como pela instituição) são contratos antigos.

Ainda que a mudança reduza a taxa de juro da linha, até então a mais cara do sistema financeiro, para menos da metade do observado em termos anuais (de 306,6% ao ano para 151,8% ao ano), as discussões ao redor da cobrança da tarifa mesmo para aqueles que não usam o cheque especial ainda traz críticas.

A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) enviou um ofício para o Banco Central solicitando que o presidente Roberto Campos Neto revogasse as novas normas do cheque especial.

Segundo o presidente da OAB, Felipe Santa Cruz, a permissão de cobrança de um dinheiro que não é utilizado (o limite da conta) fere o Código de Defesa do Consumidor.

“Para o consumidor parece uma relação de perde-perde, já que o juro continua maior

O Banco Central não quis comentar o assunto.

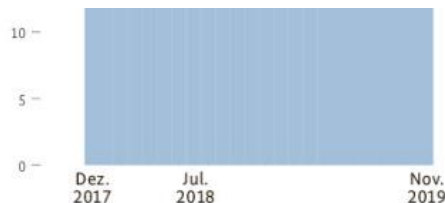
Do lado das instituições financeiras, quatro dos cinco maiores bancos brasileiros (Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica e Itaú) dizem que não vão cobrar a tarifa de quem tiver cheque especial, ao menos até junho. Eles não explicaram por que abriram mão dessa nova receita.

Bancos defendem há anos a possibilidade de cobrança de tarifa, como ocorre em países como os Estados Unidos. Em livro publicado pela Febraban (Federação Brasileira de Bancos) com medidas para baixar os juros no Brasil, a entidade pedia justamente essa autorização, afirmando que a taxa reduziria o subsídio cruzado no sistema bancário e ajudaria na cobrança de juros mais baixos.

“No caso do Brasil, as taxas de juros do cheque especial seriam pressionadas para baixo com uma resolução do Conselho Monetário Nacional que permitisse cobrar uma tarifa de clientes que desejassem ter a disponibilidade do crédito”, escreveu a entidade.

Após a resolução do CMN, a Febraban não fez menção direta à autorização para que bancos cobrem tarifas. Disse, porém, que os bancos “são aliados nas iniciativas para remover obstáculos que dificultam a ampliação dos cortes de juros”.

custo do crédito supera os 35%



0,25% ao mês

é a tarifa que os bancos vão poder cobrar de quem tem limite de cheque especial maior que R\$ 500

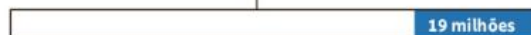
A tarifa começa a valer em 6 de janeiro apenas para novos contratos. Quem já tem cheque especial poderá sofrer a cobrança de tarifa a partir de junho

Exemplos



Tarifa mensal	R\$ 1,25	R\$ 3,75
Custo anual para ter cheque especial	R\$ 15,00	R\$ 45,00

80 milhões de pessoas usam cheque especial



têm limite menor que R\$ 500 e estarão isentos da tarifa

Fonte: Banco Central

Na mesma nota, criticou o teto para juros do cheque especial, afirmando que “a adoção de limites oficiais e tabelamento de preços de qualquer espécie era preocupante”.

Com juro de 8% ao mês, o cheque especial volta a ser o segundo crédito mais caro do sistema financeiro, atrás apenas do cartão de crédito. Na comparação anual, o cheque especial custa 151%, ante Selic (custo do dinheiro para os bancos) a 4,5%.

A decisão por não cobrar a tarifa partiu dos bancos públicos. À Folha, o presidente da Caixa Econômica, Pedro Guimarães, afirmou que não cobraria a tarifa e que pretendia cortar ainda mais os juros do cheque especial. O banco público reduziu a taxa mensal para 4,95% (correntistas) e 8% (não correntistas).

Em seguida, o Banco do Brasil anunciou a isenção das tarifas para atuais e novos contratos ao longo de 2020. A instituição não deu um prazo limite para a não cobrança.

Já os dois maiores bancos privados do país informaram que também não cobrariam a taxa no início deste ano. Enquanto Itaú não apontou da-

ta limite para isenção, o Bradesco informou que ela vigorará até junho, quando poderá cobrar a taxa de todos os correntistas.

Exceção entre os grandes bancos, o Santander afirmou que reduzirá os juros para 8% ao mês (o teto do BC) e que terá incidência da taxa de 0,25% nos novos contratos a partir desta segunda.

Para a chefe-adjunta do departamento de regulação do sistema financeiro do Banco Central, Paula Ester Farias de Leitão, é importante que os consumidores atentem para as informações dadas pelos bancos para tomar a melhor decisão.

“Para quem já possui cheque especial, é importante pensar com calma se faz sentido ou não um pedido de redução do limite por conta da tarifa. Mas não há necessidade de corrida, já que contratos antigos só começam a ser cobrados em junho”, afirma.

Entre os bancos digitais, conhecidos por taxas mais baixas, a oferta de cheque especial é restrita: o C6, que tem o crédito, afirmou em nota que não terá a cobrança adicional.

O Sicredi, que é uma cooperativa de crédito, também optou pela isenção. Afirma que não faz sentido cobrar a tarifa e depois devolver em lucro.

Veículo: Folha de São Paulo

Data: 06/01/2020

Caderno/Coluna:
Mercado

Notícia de Interesse

Aspecto:
Neutra

Bolsonaro diz ser contra rever tarifa de energia solar, mas reconhece que decisão é da Aneel

SÃO PAULO O presidente Jair Bolsonaro disse em vídeo publicado em suas redes sociais neste domingo (5) que, se depender dele, não haverá uma revisão que aumente a tarifa da energia solar no país.

“É posição do presidente da República, no que depender de nós, não haverá taxaço da energia solar”, afirmou.

Ele reconheceu, no entanto, que quem decide a questão é a entidade reguladora Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica).

“É uma agência autônoma. Seus integrantes têm mandato, e eu não tenho qualquer ingerência sobre eles. A decisão é deles”, disse.

“Deixo claro que nós, do governo, não discutiremos mais esse assunto.”



É posição do presidente da República, no que depender de nós, não haverá taxaço da energia solar

Jair Bolsonaro
presidente da República

Com a meta de incentivar a geração de energia pelo Sol, a Aneel estabeleceu, em 2012, que o dono da casa onde fossem instalados painéis solares não pagaria encargos, subsídios e tributos pela produção, pelo consumo ou pela distribuição do excedente de energia.

A própria agência, porém, já previa uma revisão desta medida em 2019.

No ano passado, houve uma grande discussão acerca do tema. De um lado, as distribuidoras de energia alegavam que os incentivos dados estavam gerando custos para elas e os demais consumidores.

Na outra ponta, o argumento era que o estímulo à energia limpa solar ainda se mostrava necessário porque o seg-

mento não alcançou maturidade desejada no país.

De fato, a energia solar, no todo, ainda é incipiente. Segundo dados da Aneel, ela representa apenas 1,2% da matriz energética brasileira. É a sétima fonte, longe dos 61% das hidrelétricas e atrás da sua maior competidora, a eólica, que fica com 8,7%.

A modalidade dessa geração saiu quase do zero em 2012, para mais de 660 megawatts atualmente.

Uma consulta pública sobre o tema estava aberta na agência reguladora até o dia 30 de dezembro de 2019.

As propostas levadas à Aneel deverão agora ser apresentadas e discutidas. A projeção do mercado é que o debate se arraste até o meio deste ano.

Veículo: Folha de São Paulo

Data: 07/01/2020

Caderno/Coluna:
Mercado

Notícia de Interesse

Aspecto:
Neutra

Governo usa verba de aposentadoria e pensões para pagar 13º do Bolsa Família

Parcela é garantida graças a pente-fino e demora na concessão de novos benefícios do INSS

Thiago Resende

BRASÍLIA Para conseguir pagar a 13ª parcela aos beneficiários do Bolsa Família, o governo teve de usar parte da verba que estava prevista para aposentadorias e pensões.

Em mais um capítulo dos problemas enfrentados sob comando de Jair Bolsonaro, o programa social precisou de dinheiro às pressas para evitar que famílias ficassem desamparadas. Foi necessário remanejar o Orçamento no fim de 2019 e, assim, retirar recursos de outras áreas.

Sem o aumento dos repasses ao programa, cerca de 1 milhão de famílias poderiam ficar fora da cobertura em dezembro, que incluiu também a 13ª parcela, promessa de Bolsonaro.

Até parte do dinheiro que estava reservada para a Previdência Social foi alvo do corte. O Ministério da Economia confirmou o remanejamento dos recursos.

O governo considerou que

pobreza e extrema pobreza.

Em novembro, a Folha mostrou que havia um buraco no orçamento do programa, o que poderia comprometer o benefício de parte das famílias já atendidas e que dependem dos repasses em dezembro.

A equipe de Bolsonaro se negou a dar explicações sobre como estavam realizando os pagamentos no mês passado.

As vésperas do fim do calendário de pagamento, o Ministério da Economia fez um ajuste no Orçamento, elevando em quase R\$ 500 milhões a verba para o Bolsa Família.

O dinheiro saiu, principalmente, da Previdência Social e de uma reserva orçamentária (recursos sem destinação específica).

Procurado, o Ministério da Economia informou que "o aumento da despesa com o Bolsa Família implicou a redução de outra despesa primária para a manutenção do equilíbrio do teto de gastos".

O teto foi aprovado duran-

Governo precisou aumentar verba do Bolsa Família no fim de 2019

Orçamento do programa
Em R\$ bilhões



Queda da cobertura
Número de famílias, em milhões



Barreira à entrada de novas famílias
Quantidade de benefícios concedidos em 2019
Em milhares

para análise. Esse estoque foi registrado durante todo o ano passado. No auge, chegou a 1,7 milhão.

Depois que a aposentadoria foi concedida, o beneficiário recebe os valores retroativos e corrigidos pela inflação. Essa demanda reprimida, porém, transforma uma parte da despesa previdenciária em um gasto futuro.

Com o atraso no INSS e o combate a fraudes, foi feita uma reavaliação do que seria desembolsado. Isso não significa que quem já está aposentado deixou de receber o benefício, mas a medida possibilitou um orçamento menor para a Previdência em 2019, abrindo espaço para outros gastos, como o Bolsa Família.

Cumprindo promessa de campanha, Bolsonaro anunciou, em outubro, a criação de uma 13ª parcela para beneficiários do Bolsa Família. Na prática, isso serviu para tentar compensar a falta de reajuste pela inflação no va-

gastaria menos com benefícios previdenciários em 2019 por causa do combate a fraudes, mas também em razão do atraso do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) para responder a pedidos de aposentadorias e pensões.

Essa demora vem prejudicando idosos que aguardam uma reposta do INSS. Com esse represamento na análise, houve uma folga no orçamento da Previdência.

Apesar do esforço do governo, a cobertura do Bolsa Família segue caindo na gestão Bolsonaro. Em dezembro, foi a menor do ano passado: 13,1 milhões de famílias atendidas.

A queda na cobertura tem sido provocada artificialmente. Como publicou a *Folha*, o governo passou a controlar a inclusão de beneficiários no programa, cujo objetivo é reduzir a desigualdade no país, por causa da falta de dinheiro.

Cerca de 700 mil famílias pediram o auxílio ao governo e aguardam na fila de espera.

O Bolsa Família atende pessoas que vivem em situação de extrema pobreza, com renda per capita de até R\$ 89 mensais, e pobreza, com renda entre R\$ 89,01 e R\$ 178 por mês. O benefício médio é de R\$ 191,08.

A operação montada no fim de 2019 é mais um exemplo da penúria em andamento com as transferências de renda para famílias em situação de

te a gestão do ex-presidente Michel Temer (MDB) e cria um limite para o crescimento das despesas públicas. Então, se há uma ampliação no orçamento de uma área, é necessário tirar verba de outra.

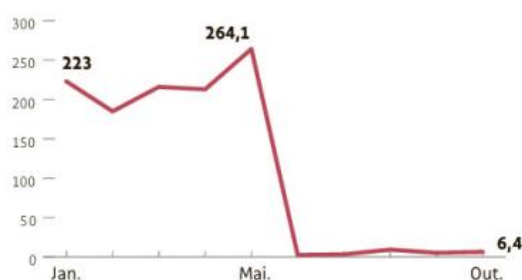
O Ministério da Cidadania —que não quis se manifestar— pediu à equipe econômica que o orçamento do Bolsa Família fosse expandido para fechar as contas em 2019. Caso contrário, não haveria dinheiro para bancar parte dos benefícios de dezembro e o 13º.

Em 20 de dezembro, a Economia publicou uma portaria para fazer um remanejamento de recursos. Foram elevados os repasses para gastos com servidores ativos e inativos, além do orçamento do Bolsa Família.

Em contrapartida, foram cortadas as verbas para aposentadorias e pensões e também usada a reserva orçamentária.

Questionado sobre a razão da medida na Previdência, o governo cita documentos encaminhados ao Congresso que apontam um gasto menor do que o esperado em 2019. As explicações são o pente-fino nos benefícios do INSS e o atraso na concessão de aposentadorias.

Em dezembro, cerca de 1,3 milhão de pedidos ao INSS estavam sem resposta havia mais de 45 dias —prazo legal



700 mil
de famílias aproximadamente estão na fila de espera para entrar no programa

R\$ 191,08
é valor médio do benefício em novembro

Origem do aumento do orçamento do Bolsa Família em dezembro

- Redução nas despesas com a Previdência
- Reserva orçamentária

Estoque de pedidos em atraso no INSS
Em milhão



45 dias
é o prazo para o INSS analisar pedido; depois disso, precisa pagar os atrasados com reajuste

Fontes: Ministério da Cidadania, Ministério da Economia e INSS (Instituto Nacional do Seguro Social)

de transferência à população de baixa renda.

O presidente, então, elevou para R\$ 32 bilhões o orçamento do programa em 2019. Mesmo com a fila de espera criada pelo governo, a verba não seria suficiente para cobrir as famílias já atendidas. Por isso, a despesa precisou ser elevada para R\$ 32,5 bilhões no fim do ano.

Para 2020, a verba é ainda menor (R\$ 29,5 bilhões). Nem o 13º ainda está previsto. E o governo terá as mesmas dificuldades: o teto de gastos.

O Orçamento federal deste ano está no limite permitido para despesas. O time de Bolsonaro estuda uma forma de reformular o Bolsa Família desde meados de 2019.

Para ampliar o programa, recursos de outra área terão de ser reduzidos. Mas o governo ainda não encontrou uma solução.

Enquanto isso, o Congresso já discute uma extensão de benefícios aos mais pobres. Relator da medida provisória que criou o 13º do Bolsa Família para 2019, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) quer tomar o benefício permanente.

O texto, que ainda precisa ser votado no Legislativo, pressionaria ainda mais o Orçamento. Além disso, o relator prevê que o valor repassado às famílias atendidas terá

de ser corrigido pela inflação a partir de 2021.

Rodrigues também defende a criação de uma 13ª parcela para quem recebe o BPC (Benefício de Prestação Continuada), pago a idosos carentes e pessoas com deficiência. O valor do BPC é um salário mínimo (R\$ 1.039).

O Congresso tem até o fim de março para aprovar a MP sobre o 13º do Bolsa Família.

Bolsonaro diz que envia em fevereiro reforma de servidores

Gustavo Uribe

BRASÍLIA Após adiar seu envio três vezes por receio de protestos populares, o presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta segunda (6) que entregará em fevereiro ao Legislativo a proposta da reforma administrativa.

Na entrada do Palácio do Alvorada, onde cumprimentou um grupo de eleitores, ele disse que a iniciativa não irá alterar as normas de estabilidade válidas para os atuais servidores públicos, promovendo alterações apenas para aqueles que ingressarem a partir de agora na carreira.

A pressão do núcleo político do Palácio do Planalto travou a apresentação da medi-

da no ano passado. O projeto modifica as regras de contratação e remuneração de servidores públicos de todo o país.

“Eu acho que em fevereiro a gente encaminha. É o que sempre digo: as visões diferem, a minha e a da economia. Eles têm os números e nós temos a política, o social e o ser humano”, disse o presidente.

“Se fala muito em não ter uma estabilidade para quem incorporar o serviço público a partir de agora. A gente não pode apresentar um projeto neste sentido porque muita gente vai dizer que está quebrando a estabilidade de 12 milhões de servidores.”

Com a decisão de apresentar a proposta em 2020, o governo optou por enfrentar a articulação no Legislativo em ano eleitoral. É comum que haja maior resistência do Congresso a votar propostas que gerem desgaste político em períodos como esse.

A reforma administrativa é considerada sensível porque atinge uma categoria de trabalhadores que tem forte lobby sobre os políticos.

Outro ponto levado em consideração é o fato de as mudanças de regras atingirem não apenas os servidores do Executivo mas também os do Judiciário, grupo bem organizado, e do Legislativo, que atuam diretamente em contato com os congressistas.

Veículo: Folha de São Paulo

Data: 07/01/2020

Caderno/Coluna:
Mercado

Notícia de Interesse

Aspecto:
Neutra

Governo quer usar ICMS contra alta da gasolina

Bolsonaro planeja pedir a governadores colaboração para amenizar disparada do petróleo; estados não discutem medida

Fábio Pupo e
Talita Fernandes

BRASÍLIA O governo planeja pedir a colaboração dos governadores na cobrança de ICMS para evitar um aumento mais forte do preço dos combustíveis em meio à pressão sobre a cotação do petróleo com a crise entre EUA e Irã. Essa é uma das medidas que técnicos discutem para evitar uma escalada nos valores cobrados pelos postos.

A ideia foi apresentada por Jair Bolsonaro após reunião nesta segunda (6) com a presença do Ministério de Minas e Energia, Bento Albuquerque, e do presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco.

"Aproximadamente um terço do preço do combustível no final são impostos estaduais. Esse é o problema que temos", afirmou Bolsonaro. Ele citou o caso do Rio, onde uma alíquota de 30% do ICMS representaria cerca de R\$ 1,50 no preço da gasolina. Mesmo pedindo a colaboração dos líderes estaduais, descartou a possibilidade de criar um teto para a tributação.

"Tivemos nossa conversa e temos uma estratégia de como proceder o desenrolar dos fatos. A coisa que mais preocupa é uma possível alta do petróleo, de 5% no momento", afirmou. Apesar disso, ele disse esperar que os preços voltem à normalidade rapidamente, a exemplo do que ocorreu após o ataque a refinarias árabes em 2019.

Desde o ataque ao aeroporto de Bagdá, na sexta (3), que matou o general iraniano Qassim Suleimani, o petróleo Brent subiu 5%. Nesta segunda, chegou a romper o patamar de US\$ 70 pela pri-

meira vez em mais de três meses, mas fechou a US\$ 69.

O ministro de Minas e Energia afirmou que a reunião desta segunda-feira já havia sido marcada antes do Natal. Também estiveram presentes técnicos do Planalto e do ministério, além do diretor geral da ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis), Décio Oddone, e do presidente da Pré-Sal Petróleo, José Eduardo Gerke.

Albuquerque confirmou que a ideia da compensação por estados está sendo estudada, embora não tenha dado detalhes, e que o canal para a discussão seria o Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), que reúne os secretários de Fazenda dos Estados e técnicos do Ministério da Economia.

"Isso já está sendo discutido no âmbito do governo para que, quando tiver essa pauta, possam ser reunidos os governadores e haver uma reunião no mais alto nível, com presidente e os governadores", afirmou.

Quando lhe foi perguntado se pode haver uma compensação aos estados com a possível redução de impostos, por meio de um fundo, o ministro disse que a sugestão é bem-vinda. E negou a possibilidade de novos subsídios. "Tudo isso está sendo considerado. Subsídio não é a palavra, uma compensação talvez seja a palavra adequada."

De acordo com o presidente da Petrobras, o governo não faz pressões sobre a política de preços da empresa. "Até hoje recebi manifestações de total respeito à lei, que desde 2002 diz que existe liberdade de preços de combustíveis. E o governo Bolsonaro vem pra-

ticando isso, não recebi em nenhum momento pressão."

O executivo ainda ressaltou que o impacto no preço global do petróleo não foi tão forte até agora e que as características do mercado contribuem para que os preços sejam naturalmente seguros. "A produção americana desarma a possibilidade do aumento do preço."

A Petrobras divulgou um comunicado a investidores na sexta-feira para informar que está monitorando o mercado internacional diante dos eventos no Oriente Médio. A empresa afirma que não há uma periodicidade predefinida para a aplicação de reajustes e que decidirá oportunamente sobre as próximas alterações nos preços.

Os estados, que vivem aperto fiscal, não conversaram sobre eventual redução do ICMS sobre combustíveis, segundo o diretor institucional do Comsefaz (Comitê dos Secretários de Fazenda dos Estados), André Horta.

"Entre 18% e 20% da arrecadação própria dos estados com ICMS é sobre combustíveis. Esse valor é bastante representativo, e na situação fiscal atual dos estados não está sendo possível [abrir mão]."

Horta afirmou que a prioridade dos entes regionais no momento é discutir e implementar um novo pacto federativo, buscando a recomposição de receitas perdidas para a União ao longo dos anos.

Hoje o ICMS sobre combustíveis é cobrado sobre o valor da mercadoria, no modelo "ad valorem". Por isso, quando gasolina e diesel sobem, os estados arrecadam mais.

Com a Reuters

Leia mais em Mundo

Veículo: Estadão

Data: 04/01/2020

Caderno/Coluna:
Economia

Notícia de Interesse

Aspecto:
Neutra

Alternativa. Ao comentar possíveis efeitos das tensões entre EUA e Irã nos preços dos combustíveis no Brasil, presidente afirmou que governo não irá interferir na política de reajustes da Petrobrás, mas disse que poderá apelar para que Estados reduzam imposto

Bolsonaro sugere corte de ICMS caso petróleo dispare com crise no Oriente

Uma alta mais acentuada no preço do petróleo poderia ser compensada no mercado doméstico por reduções na alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de combustível, sugeriu o presidente Jair Bolsonaro. Ontem, em decorrência da tensão entre Estados Unidos e Irã, o petróleo Brent subiu 3,55% e o barril fechou a US\$ 68,60 – maior cotação desde 30 de abril.

A medida poderia ser adotada para minimizar o impacto do aumento do petróleo no bolso da população e, ao mesmo tempo, não interferir na política da Petrobrás de reajustar o preço do combustível conforme as oscilações do petróleo no mercado internacional.

Bolsonaro discutiu o assunto ontem com o ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno, e com o presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco. “Tivemos nossa conversa e temos uma estratégia de como proceder o desenrolar dos fatos. A coi-

saque mais preocupada é uma possível alta do petróleo (...). A exemplo do que aconteceu (em setembro) na Arábia Saudita, no ataque de drones (à maior instalação de processamento de petróleo do mundo), em poucos dias (o preço) voltou a normalidade. A gente espera que aconteça agora também”, disse Bolsonaro a jornalistas.

Segundo o presidente, se o petróleo continuar subindo, “uma providência” pode ser tomada. “Nós (o governo) temos uma linha de não interferir (na política de reajuste da Petrobrás). Acompanhar e buscar soluções. A gente apela para governadores. Vamos supor que aumente 20% o preço do petróleo, vai aumentar em 20% o preço do ICMS. Não dá para uns governadores cederem um pouco nisso também? Porque todo mundo perde. Quando você mexe em combustível, toda a nossa economia é afetada”, declarou.

O ICMS é um imposto estadual e representa, em média, um terço do custo final dos combustíveis. Durante a greve de ca-

EFEITOS DO ATAQUE EM BAGDÁ

● Mercado puxa preços para cima e ações para baixo

Petróleo Brent

EM DÓLARES/BARRIL



FONTE: BROADCAST

minhoneiros, em maio de 2018, o governo Michel Temer zerou a Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) e reduziu o PIS/Cofins incidente sobre o diesel, mas também cobrou dos governadores que contribuísem para a queda do preço do combustível. Sem sucesso: negociações para alte-

rar a base de incidência do ICMS e para estabelecer uma alíquota máxima para o imposto não avançaram.

Pela legislação atual, cada Estado define sua alíquota de ICMS sobre os combustíveis. O imposto estadual incide sobre o preço médio de cada combustível - valor atualizado pelo

Bolsas em queda

VARIAÇÃO NO DIA, EM PORCENTAGEM



INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Cada vez que o petróleo sobe ou que o dólar se valoriza ante o real, o preço do combustível aumenta e, conseqüentemente, a arrecadação dos Estados também é reforçada. Já os impostos federais, como PIS/Cofins e Cide, têm um valor fixo sobre o

volume do combustível - e, por isso, não são afetados em momentos de alta do petróleo ou do câmbio.

Em comunicado, a Petrobrás informou que segue monitorando o mercado internacional e que, segundo suas práticas de precificação vigentes, não há periodicidade definida para reajustes. "A empresa (...) decidirá oportunamente sobre os próximos ajustes nos preços."

Bolsa. O mercado acionário reagiu com cautela ao ataque dos EUA ao Irã. "Os investidores vinham otimistas e um fato desse gera uma parada para reavaliação do cenário. Ainda não há elementos suficientes para uma onda de aversão ao risco", disse o economista Silvio Campos Neto, da Tendências Consultoria. O Ibovespa recuou 0,73%, aos 117,7 mil pontos. Enquanto as bolsas americanas tiveram queda, a de Londres e a de Paris subiram 0,24% e 0,04%, respectivamente. **EMILLY BEHNKE, DE BRASÍLIA, COLABOROU LUCIANA DYNIEWICZ**

Veículo: Estadão	Data: 05/01/2020	Caderno/Coluna: Economia	Notícia de Interesse	Aspecto: Neutra
-------------------------	-------------------------	------------------------------------	-----------------------------	---------------------------

Retrato da crise. Dados da Pnad Contínua mostram que a taxa de participação de dependentes no mercado alcançou 60,1% no terceiro trimestre do ano passado, bem acima do que havia sido registrado em 2014, antes da recessão, quando os dependentes eram 55,8%

Desemprego dos pais empurra filhos mais cedo para o mercado de trabalho

Douglas Gavras

Quando a paulistana Beatriz Ferreira, de 18 anos, começou a vender panos de prato em uma esquina da avenida Paulista, na região central de São Paulo, no ano passado, ainda nem tinha saído da escola. Com nove desempregados na família, ela não teve outra alternativa, além de sair para tentar ganhar alguns trocados, enquanto os pais tentam voltar para a formalidade.

“A gente tem de aproveitar até a época do Natal, enquanto as pessoas estão circulando mais pelas lojas, para tentar ganhar um pouco mais. Lá em casa, ninguém trabalha registrado e todos têm de se virar para conseguir sobreviver. É duro, mas é o que a gente tem agora e não adianta ficar reclamando”, contou, em dezembro.

Histórias como a dela são cada vez mais frequentes. A crise tirou empregos dos chefes de domicílio ou fez com que eles tivessem de aceitar novas ocupações que não pagavam o suficiente para sustentar a família, levando os companheiros e filhos a anteciparem a entrada no mercado, muitas vezes pelo caminho da informalidade.

Dados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do terceiro trimestre de 2019, apontam que a taxa de participação de dependentes no mercado de trabalho alcançou 60,1% – mais do que no mesmo período



de 2018 (58,8%) e bem acima do que havia sido registrado em 2014, antes da recessão, quando os dependentes eram 55,8%.

No terceiro trimestre do ano passado, eram 59,2 milhões de brasileiros que não eram chefes de domicílio e faziam parte da mão de obra disponível – 6 milhões a mais do que cinco anos antes, quando o País não tinha

enfrentado a recessão.

Os números, compilados para o **Estado** pela consultoria IDados, também mostram que os chefes de família ainda são maioria na força de trabalho, mas o desemprego e a dificuldade de recolocação tornaram cada vez mais difícil para eles a conquista do emprego.

No fim de 2012, ano em que a



DOUGLAS GAVRÁS/ESTADÃO

1 por R\$2. Com nove pessoas sem emprego na família, Beatriz vende panos de prato nas ruas de SP

Pnad começou a ser feita, a participação desses chefes de domicílio no mercado de trabalho batia em quase 70%. Sete anos depois a queda registrada é de quase quatro pontos percentuais.

Para Bruno Ottoni, economista da iDados, esse cenário é ilustrativo da atual situação do mercado de trabalho: a recuperação até ocorreu em 2019, mas foi len-

ta e puxada por vagas de menor remuneração. “A participação dos mais jovens aumentou quase três pontos percentuais desde a recessão; a de mulheres, quatro pontos percentuais. A família precisou se reorganizar para tentar se manter”, avalia.

“Há um esforço de toda família, e o desemprego de longa duração leva a pessoa a agarrar a

primeira oportunidade”, diz Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

‘Jovem não conquista o que os pais alcançaram’, diz Pastore
Pág. B3

Veículo: Estadão

Data: 06/01/2020

Caderno/Coluna:
Economia

Notícia de Interesse

Aspecto:
Neutra

BC intensifica projetos que podem reduzir preços de serviços bancários

Inflação controlada permitiu que autoridade monetária trabalhasse em frentes ligadas à tecnologia

Fabricio de Castro
BRASÍLIA

Com os índices de inflação sob controle no Brasil, o Banco Central teve mais espaço para intensificar o desenvolvimento de ações voltadas para a infraestrutura do mercado financeiro. Iniciativas como o open banking, o sistema de pagamentos instantâneos e o sandbox regulatório (flexibilização de normas para que empresas de tecnologia se desenvolvam) prometem revolucionar o mercado bancário a partir de 2020, com promessa de aumento de concorrência e redução de juros cobrados dos clientes.

A inflação oficial do Brasil está em níveis confortáveis pelo menos desde 2017, depois do pico de quase 11% do IPCA registrado em 2015. Nesse cenário, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, pôde se concentrar em projetos ligados a novas tecnologias, área pela qual demonstra interesse desde que assumiu o cargo, em fevereiro.

Um dos principais projetos é o do open banking, que prevê o compartilhamento de dados bancários do cliente entre diferentes instituições financeiras, como bancos e corretoras. Hoje, o interessado em conseguir crédito, por exemplo, costuma verificar as condições disponíveis em seu próprio banco. Com o open banking, a ten-



Expectativa. Com mudanças que devem começar a entrar em

dência é que o cliente possa escolher entre as opções de diferentes instituições. A concorrência poderá aumentar e o preço, cair.

“O principal aspecto do open banking é permitir que o consumidor de crédito ou de serviços bancários leve seu histórico de informações a outras instituições do sistema financeiro”, explica o economista Fábio Sanchez, professor do Insper de São Paulo. “O que se espera é a redução de preços de serviços bancários ao consumidor em geral.”

Em novembro, o BC pôs em consulta pública a proposta de regulamentação do open banking. Até o fim deste mês, instituições e pessoas interessadas poderão encaminhar sugestões ao BC. A intenção da autar-

quia é iniciar a primeira fase do open banking até o fim de 2020.

Mas o que exatamente surgirá em matéria de produtos e serviços bancários ainda é uma incógnita. “O open banking é como a internet há 20 anos. Você começou a usar a internet e, hoje, não há negócio que não transite pela rede”, comparou em novembro o diretor de Regulação do BC, Otavio Ribeiro Damaso. “No

● Inovação

“O open banking é como a internet há 20 anos. Você começou a usar a internet e, hoje, não há um negócio que não transite na rede.”

Otavio Ribeiro Damaso

DIRETOR DE REGULAÇÃO DO BC

MARCELLO CASAL JURAGÊNCIA BRASIL - 30/9/2019



em vigor neste ano, BC espera alta em transações financeiras

momento, não conseguimos visualizar o total de benefícios que haverá. Mas, daqui a 10 ou 15 anos, as soluções vão aparecer, porque estamos criando as bases para que isso aconteça.”

Inovação. Para o advogado Marcelo Padua, sócio do escritório Cascione Pulino Boulos Advogados, o BC tem adotado postura bastante favorável à inovação no mercado financeiro. “A instituição está acompanhando de perto tudo o que tem acontecido de mais inovador, de mais disruptivo.”

Padua citou regulamentações recentes voltadas para fintechs de crédito e o esforço para a implementação do sistema de pagamentos instantâneos, que prevê a possibilidade de transfe-

rências e pagamentos em tempo real. A intenção do BC é lançar o sistema até o fim de 2020 – pelo menos dois anos antes do que é planejado para o sistema norte-americano.

Com o open banking e o pagamentos instantâneos, a expectativa do BC é que mais transações financeiras sejam realizadas. “Essas medidas acabam induzindo a competição, o que é bastante produtivo”, diz Padua.

Isso é importante principalmente em um mercado como o brasileiro, onde há concentração bancária. Dados do BC mostram que os cinco maiores bancos – Bradesco, Itaú Unibanco, Santander, Banco do Brasil e Caixa – detêm cerca de 70% dos ativos totais, 80% dos depósitos e 70% das operações de crédito.

AS MEDIDAS DO I

Open Banking

- O que é: prevê o compartilhamento de dados bancários entre diferentes instituições com autorização do cliente e a ideia é aumentar a concorrência e as opções de serviços
- Quando estará funcionando: a proposta fica em consulta pública até o fim deste mês. O BC publicará seu normativo até o fim do primeiro semestre e a primeira fase do open banking deve começar a operar no fim deste ano.

Pagamento instantâneo

- O que é: o sistema pelo qual transferências e pagamentos sejam realizados em tempo real, 24 horas por dia, todos os dias do ano. Atualmente, transferências por TED, por exemplo, não são feitas de forma imediata e dependem do dia da semana
- Quando estará funcionando: a meta do BC é lançar o sistema até o fim de 2020.

Sandbox

- O que é: o sandbox (caixa de areia, em inglês) regulatório permite a flexibilização de regras por um prazo para que empresas de tecnologia possam desenvolver. A medida funciona como um “empurrão” no desenvolvimento inicial das empresas.
- Quando estará funcionando: a proposta está em consulta pública até o fim do mês. Depois, o BC publicará o novo regulamento e abrirá o processo de seleção para o primeiro ciclo, com 20 empresas, que serão selecionadas por um ano.

Veículo: Estadão

Data: 05/01/2020

Caderno/Coluna:
Economia

Notícia de Interesse

Aspecto:
Neutra

APOSTA PARA 2020

A VEZ DO SETOR PRODUTIVO

Empresariado planeja retomar investimentos

LEO BRANCO, JOÃO SORIMA NETO
E HENRIQUE GOMES BATISTA
economi@oglobo.com.br
SÃO PAULO

Do ponto de vista de expectativa econômica, 2020 começa melhor do que 2019: navisão de 12 empresários de grandes companhias consultados pelo GLOBO ao longo de um mês. Atuando em diferentes setores — de consumo e educação a agronegócio e transporte —, eles preveem

para este ano um crescimento mais robusto e a retomada dos investimentos.

Não se trata de um otimismo de torcida. As apostas de expansão da economia estão em linha com as projeções feitas pelo mercado no começo deste novo ano: o país deverá crescer algo entre 1,5% e 3%, ainda índices modestos, mas mais expressivos do que o registrado nos últimos três anos — 1%.

— O importante é olhar no

retrovisor e ver que o Brasil afastou-se, definitivamente, da crise que marcou a segunda metade da década passada — diz André Clark Juliano, presidente da operação brasileira da Siemens, conglomerado industrial com negócios nos setores de energia, automação e saúde, entre outros.

Esse otimismo está calcado em uma mudança fundamental: o investimento está sendo direcionado ao setor

produtivo. Com a taxa básica de juros no patamar de 4,5%, o Brasil perde a atratividade para os investidores que vinham especular e ganhar com taxas elevadas. À perspectiva para este ano é de mais recursos para melhoria das condições de produção, como ampliação de fábricas e treinamento de mão de obra. — Já sentimos mais disposição para investimentos em inovação na nossa cadeia de

provedores, o que é positivo para a produtividade no varejo — diz o francês Noël Prioux, presidente do braço brasileiro da varejista global Carrefour.

O bom humor do empresariado, contudo, não significa cegueira para riscos. O cenário externo é o maior fator de incertezas, com o impasse nas negociações comerciais entre Estados Unidos e China e as dúvidas sobre o novo governo argentino. Estes fatores po-

dem atrapalhar as ambições brasileiras de vender mais a esses mercados. Semana passada, a crise entre EUA e Irã surgiu como nova preocupação.

No capítulo dos riscos internos, está o ritmo de andamento da agenda de reformas. Os empresários cobram celeridade especialmente na tributária. Se avançar, é grande a chance de o empresariado terminar o ano ainda mais otimista do que começou.

AS PERSPECTIVAS EM DIFERENTES ÁREAS

Modernização da frota e aumento da oferta

VALOR ECONÔMICO



Jerome Cadier, presidente da Latam no Brasil, começou o ano mais aliviado do que entrou 2019. Para o executivo, a aviação civil superou o fim da Avianca Brasil, que tirou aviões de circulação e encareceu as viagens aéreas. Este ano, a empresa planeja investir US\$ 250 milhões na modernização da frota brasileira. A oferta de assentos aqui deve crescer 9%, acima da média global da companhia: 5%. — O Brasil ganhou relevância para a Latam — comenta Cadier, que prevê uma alta de 2% no PIB em 2020, puxada pela retomada da confiança de empresas e famílias. Para o executivo, o otimismo só não é maior por causa da lentidão das reformas, que, na sua opinião, podem andar de lado por causa das eleições municipais.

Eventos são termômetro do momento positivo

FOFÓFEROA/VALOR



A empresária Chieko Aoki costuma antever as tendências da economia a partir de um indicador bastante peculiar: o volume de eventos de negócios realizados nas 22 unidades da rede hoteleira Blue Tree, que fundou em 1992. A julgar por este termômetro, a perspectiva para 2020 é positiva. — O ano de 2019 terminou num ritmo de reservas bem mais elevado do que começou — diz Chieko, que prevê uma alta de 2,2% do PIB para 2020, puxada pela maior disposição ao consumo por parte de famílias e empresas. Para aproveitar o bom momento, Chieko está de olho em oportunidades para expandir a rede em São Paulo e no Nordeste: — A região tem muito potencial turístico ainda inexplorado.

Otimismo com reformas e juro baixo

SILVIA ZAMBONI/VALOR/30-12-2018



Para André Clark Juliano, presidente da multinacional Siemens no Brasil, a economia pode crescer 3% em 2020. É bem acima do esperado pelo mercado — a projeção do Boletim Focus, do Banco Central, está em 2,3%. Na origem de tanto otimismo está a queda da taxa de juros, que abriu margem para as empresas trocarem dívidas caras por mais baratas. — O dinheiro que sobra está sendo reinvestido, o que é bom para o país — diz. — O Brasil deve atrair capital externo com o avanço de reformas como o novo marco do saneamento. Se a economia decolar, o plano da Siemens de aportar € 1 bilhão no Brasil até 2025 pode ser antecipado em um ou dois anos, comenta o executivo.

Abertura de unidades e aquisição de concorrentes

JULIO BITTENCOURT/VALOR/6-5-2019



Presidente da Cogna, grupo de educação dono de marcas como Somos (ensino básico) e Kroton (superior), Rodrigo Galindo espera crescimento de 2,5% para a economia este ano, na esteira da queda no desemprego e do aumento no consumo. Expansão em ritmo mais rápido, contudo, só com o avanço de reformas como a tributária. Ainda assim, com o que está posto para a economia em 2020, a Cogna deve investir R\$ 600 milhões na abertura de unidades de ensino e em novas tecnologias para a educação à distância. — Além disso, está no radar a aquisição de concorrentes — diz. É uma mudança de estratégia num negócio que sofreu com perda de alunos e receitas na esteira do endurecimento das regras do Fies.

Crescimento com a redução da Selic

BARBARA LOPES



A investidora Camila Farani está em um dos setores que mais comemoram a queda dos juros. Fundadora do G2 Capital, fundo de capital de risco que financia start-ups, e sócia de outros dois fundos dedicados a negócios maiores, Camila vê uma migração de recursos da renda fixa, que perde lucratividade com a Selic baixa, para investimentos como os dela. Em 2019, o setor movimentou R\$ 8,9 bilhões, alta de 40% sobre o ano anterior. — Esse número deve aumentar pelo menos 30% em 2020 — diz. Para aproveitar o bom momento, os fundos geridos por Camila devem investir cerca de R\$ 155 milhões em dois anos. Entre os setores que a investidora está de olho estão tecnologias para o varejo e inteligência artificial.

O início de um ciclo virtuoso

DIVULGAÇÃO



Principal executivo para a América Latina da fabricante de eletrodomésticos Whirlpool, dona das marcas Brastemp e Consul, João Carlos Brega vê o Brasil entrando em um ciclo virtuoso este ano, com a conjunção de juros baixos e desemprego em queda. — Não é uma fase só de reposição do que quebra, mas de comprar produtos novos, com a perspectiva de melhora da economia — diz ele, que prevê expansão de 2,2% a 2,5% para o PIB. Para um crescimento de longo prazo, o executivo diz que o país deve acelerar o programa de privatizações e atrair capital privado para melhorar a infraestrutura. Ao mesmo tempo, precisa manter a segurança jurídica e seguir o combate à corrupção.

Quando os riscos vêm de fora

DIVULGAÇÃO



Dona das marcas Sadia e Pertigão, a BRF prevê investir R\$ 5 bilhões na modernização de unidades. Boa parte dos recursos deve ficar no Brasil. Só o Rio de Janeiro deve receber R\$ 280 milhões, com a implantação da fábrica de salsichas mais moderna do país. Tudo isso para aproveitar a melhoria da economia, com reformas, redução do desemprego e aumento do consumo das famílias, diz Lorival Luz, presidente da BRF. Apesar do otimismo com o Brasil, as tensões entre EUA e China trazem incertezas a um negócio que depende de exportações: — Com movimentos cada vez mais protecionistas dos países e investidores cautelosos, podemos sofrer com efeitos como a variação do dólar e o fechamento de mercados.

Demanda asiática é bom indicio

VALOR ECONÔMICO



A processadora de alimentos Cargill cita a demanda em alta entre os asiáticos pela proteína animal, cuja cadeia produtiva inclui grãos cultivados no Brasil, como bom indicio à economia este ano. Ao mesmo tempo, gargalos para escoamento da safra deverão seguir travando os negócios, na visão do presidente da operação brasileira da Cargill, Paulo Sousa. Além disso, a percepção externa de frouxidão na política ambiental deverá criar problemas: — Por uma política falha de combate ao desmatamento ilegal, estamos assistindo a restrições que podem custar caro à agricultura. A Cargill, contudo, mantém o plano de investir R\$ 450 milhões até maio na modernização de fábricas e terminais portuários no país.

Expansão de fábricas e inovação

CLAUDIO BELLI/VALOR/8-8-2018



O conglomerado brasileiro Votorantim, com negócios nos setores de siderurgia, cimento, celulose, energia, alimentos e financeiro, planeja repetir este ano o volume de investimentos que saiu do papel em 2019: R\$ 3,5 bilhões. Entre os destinos dos aportes estão expansão de fábricas e inovação. — Além disso, temos estudado oportunidades de mercado, especialmente nos setores de infraestrutura e imobiliário — diz João Carvalho de Miranda, diretor-presidente da Votorantim. O executivo está otimista com a economia brasileira em 2020. Para Miranda, o PIB deve crescer em linha com a expectativa do mercado — em torno de 2% —, o que já seria um alento diante dos resultados dos últimos anos.

Previsões para exportações e importações em alta

DIVULGAÇÃO



Na Maersk, uma das maiores transportadoras do mundo, há um otimismo renovado para 2020. A empresa elevou a previsão de alta de exportações brasileiras de 3%, feita no começo de 2019, para 4,5%. As previsões de importações também subiram de 2%, na expectativa projetada no fim do segundo trimestre do ano passado, para 4%. — Ainda há muitos riscos, como o cenário externo, com indefinições sobre o novo governo da Argentina, a guerra comercial EUA-China. Mas, por outro lado, a alta da cotação do dólar tende a favorecer as exportações brasileiras — comenta Matias Concha, gerente de Produto da Maersk para a Costa Leste da América do Sul.

Ambiente menos hostil aos negócios

EDSONDANTAS/17-3-2019



Marco Stefanini, fundador da multinacional de prestação de serviços em TI que leva seu sobrenome e está presente em 41 países, vê um ambiente menos hostil aos negócios no Brasil este ano. — Temos uma nova visão de país, com mais enfoque no setor produtivo — diz o executivo, ao elogiar o ministro Paulo Guedes, por seguir uma agenda de reformas capaz de dar competitividade às empresas brasileiras, como a administrativa e a tributária. À frente de um negócio de R\$ 3,2 bilhões, Stefanini cresceu comprando concorrentes. Nos últimos 12 meses, foram duas aquisições, uma delas fora do Brasil. Em 2020, o plano é levar entre cinco e seis empresas por aqui e expandir as receitas em 15%.

Investimento 11% maior que em 2019

SILVIA ZAMBONI/VALOR/24-5-2018



A varejista global Carrefour deve investir R\$ 2 bilhões na operação brasileira em 2020, 11% mais que no ano passado. Uma parte será gasta em melhorias do shopping virtual da marca para fazer frente a concorrentes como Amazon e Magazine Luiza. Outra quantia deve ampliar a presença física. Em 2019, foram 33 novas lojas. Este ano, a expectativa é abrir de 40 a 50, conta o francês Noël Prioux, presidente da varejista no Brasil. Para o executivo, o PIB brasileiro deve avançar de 1,5% a 2% em 2020. Uma expansão maior, segundo ele, só com mais reformas, em particular a tributária, decisiva para destravar os negócios: — No Brasil, temos 250 pessoas para administrar a questão dos impostos. Na França, só três.

Veículo: Estadão

Data: 06/01/2020

Caderno/Coluna:
Economia

Notícia de Interesse

Aspecto:
Neutra

CONSTRUÇÃO CIVIL

RECUPERAÇÃO COM EMPREGO

Setor deve crescer 3%
e gerar 150 mil postos
de trabalho este ano



Reforma. Quatro anos após comprar sua casa, Marcos Vinicius iniciou obras



Cenário. Com juros baixos, inflação sob controle e aumento da confiança, setor deve ter retomada este ano. De janeiro a setembro de 2019, lançamentos subiram 22,8% em São Paulo e 30,6% no Rio

JOÃO SORIMA NETO
joao.sorima@sp.oglobo.com.br
SÃO PAULO

O gerente de tecnologia Marcos Vinicius, de 40 anos, investiu R\$ 60 mil na reforma de sua casa em São Bernardo do Campo. Trocou o piso da residência, cobriu parte da garagem e ampliou a área de lazer.

— Comprei a casa quatro anos atrás. Só agora consegui reformar. E, mesmo assim, parcelei parte dos gastos no cartão de crédito.

Obras como a de Marcos Vinicius estão ganhando espaço em diversos lares do país, o que tem se refletido nos indicadores de desempenho da construção civil,

setor fundamental na geração de empregos. Depois de amargar queda de 30% na capacidade de geração de riqueza entre os anos de 2014 e 2018, o setor abre 2020 com uma boa perspectiva.

MOTOR DA RECUPERAÇÃO

A construção civil deve crescer 3% este ano, o que representa um potencial para criação de 150 mil postos de trabalho formais até dezembro, explica o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins, superando a marca de 2019, que deve ficar próxima aos cem mil postos de trabalho, com avanço de 2%.

— Esse número de vagas pode até crescer mais, caso

o mercado imobiliário continue surpreendendo com os lançamentos.

Segundo Ana Maria Castello, coordenadora de Estudos da Construção da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o crescimento mais forte esperado para o setor em 2020 é reflexo da expectativa positiva em relação ao desempenho da economia brasileira, que inicia o ano com aumento da confiança dos consumidores e dos empresários, juros baixos e inflação sob controle.

— Há expectativa de melhora na economia de modo geral, o que tende a elevar os investimentos. E as expectativas para a construção refletem esse cenário — afirmou Ana Maria.

O vice-presidente de Economia do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (Sinduscon-SP), Eduardo Zaidan, avalia que esse trabalho de “formiga” das pessoas que reformam suas casas ou fazem autoconstrução está dando novo gás ao segmento.

— A recuperação está começando pelo setor informal — observa. O varejo da construção conta com cerca de 140 mil lojas em todo o Brasil e movimenta mais de R\$ 100 bilhões por ano.

São Paulo costuma ser o motor de recuperação do setor imobiliário. Mas um levantamento da consultoria Tendências mostrou que a retomada dos lançamentos

está acontecendo também em outras capitais, especialmente de empreendimentos residenciais.

No Rio de Janeiro, por exemplo, o número de lançamentos cresceu 30,6% entre janeiro e setembro do ano passado, segundo o Índice de Atividade da Construção Imobiliária (IACIL). Em São Paulo, no mesmo período, o índice teve expansão de 22,8%.

— O índice cresce menos em São Paulo porque o movimento de retomada de lançamentos começou antes do que nas demais capitais — explica Matheus Ferreira, analista da Tendências, que acompanha o setor.

O presidente da Associação

Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), Luiz França, avalia que, depois de fechar 2019 com a construção de 580 mil novas moradias, as construtoras estão preparadas para entregar 1 milhão de unidades em 2020.

—Hoje, o juro do financiamento está em um dígito, o problema dos distratos foi resolvido por lei e a confiança do consumidor está melhorando. Essas condições são um gatilho de crescimento do mercado em qualquer lugar do mundo — afirma França.

JURO PARA FINANCIAMENTO

Dados de 20 incorporadoras filiadas a Abrainc mostram um avanço de 9,4% nas vendas líquidas de imóveis novos de janeiro até agosto do ano passado.

Para Cristiane Portella, presidente da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), outro fator que estimula o setor é a maior

competição entre os bancos para oferecer taxas de juros competitivas para o financiamento imobiliário. A Caixa Econômica Federal, por exemplo, reduziu a taxa a 6,5% ao ano para quem tem conta no banco ou recebe salário na instituição. Outros bancos seguiram a tendência de redução dos juros.

No caso das grandes obras de infraestrutura, o ritmo ainda é modesto. José Carlos Martins, da CBIC, vê chances de acontecerem licitações de maior porte em 2020, mas as obras só devem começar em 2021.

Outro ponto de interrogação para o setor é o programa Minha Casa Minha Vida, que ainda está indefinido, especialmente para a chamada faixa 1, de famílias que ganham

até R\$ 1,8 mil e recebem os maiores subsídios. Como o governo está com os cofres esvaziados, a questão é de onde virão os recursos para o programa, que terá novo nome e regras a partir de 2020.

Procurado, o Ministério do Desenvolvimento Regional não informou detalhes do novo Minha Casa Minha Vida. Mas o GLOBO mostrou que o novo modelo funcionará com um sistema de *voucher* (um vale que assegura um crédito), em que as famílias receberão recursos para comprar, construir ou reformar a casa própria.

Cada *voucher* será de R\$ 60 mil. O governo vai priorizar a população que vive em domicílios precários nos centros urbanos, em municípios com até 50 mil habitantes.

Veículo: Estadão

Data: 06/01/2020

Caderno/Coluna:
Economia

Notícia de Interesse

Aspecto:
Neutra

Mudança no cheque especial já vale para contas novas

Limite disponível poderá ser tarifado. Muitos bancos, porém, informaram que não vão cobrar ainda taxa sobre o que exceder R\$ 500

KAREN GARCIA
karen.garcia@infoglobo.com.br

Quem for abrir uma conta corrente a partir de hoje precisa ficar atento. A mudança de regras para os juros do cheque especial, estabelecida pelo Banco Central (BC) no ano passado, entra em vigor nesta segunda-feira para novas contas. Para clientes antigos, as regras passarão a valer a partir do dia 1º de junho.

A mudança prevê que os bancos poderão cobrar no máximo 8% ao mês de juros no cheque especial. Porém, permitirá que os bancos cobrem uma taxa de 0,25% ao mês sobre o limite disponível de crédito que exceder R\$

500. Por isso, quem não usa cheque especial precisa avisar aos bancos que não quer mais do que R\$ 500 de limite.

Se o cliente tiver R\$ 5.000 de limite disponível no cheque especial, por exemplo, pagará R\$ 11,25 por mês (0,25% sobre R\$ 4.500, que é o excedente ao mínimo de R\$ 500 isentos de taxa).

O juro para quem usa cheque especial, porém, será menor. Em média, hoje, a taxa praticada pelos bancos é de 12% ao mês. O limite agora será de 8%.

Nesta segunda-feira, o Santander já passa a cobrar dos novos correntistas a tarifa mensal de 0,25% do valor do limite de crédito que exceder

R\$ 500. No ato da abertura da conta, o cliente pode solicitar o ajuste do limite do cheque especial para não ser tarifado. Isso também poderá ser feito através do aplicativo de celular. Em conformidade com a determinação do BC, a taxa será reduzida de 14,79% para 8%.

DE OLHO NA CONCORRÊNCIA

O Bradesco só passará a cobrar a taxa a partir de junho, para novos e antigos clientes. Para alteração do limite, os correntistas deverão ir até a agência e solicitar mudança. O Banco do Brasil, por sua vez, estenderá a isenção ao longo de todo ano. O cliente do BB que desejar alterar a da-

O QUE MUDA



JUROS

COMO >
ERA

12%

é a taxa média praticada hoje

COMO >
FICARÁ

8%

Será a taxa máxima permitida



LIMITE DISPONÍVEL

Não era
tarifado

Os bancos poderão cobrar tarifa de 0,25% sobre o limite disponível que exceder R\$ 500

Fonte: BC

Editoria de Arte

ta de débito do juros, bem como realizar a contratação da linha, pode fazê-lo nos canais digitais, como site e aplicativo, na central de relaciona-

mento e nas agências. No aplicativo do banco ainda é possível transferir limites entre cheque especial, cartão de crédito e empréstimo pesso-

al. Para alteração de outras condições do contrato, o banco orienta que o cliente entre em contato com sua agência.

O Itaú e a Caixa Econômica Federal informaram que não cobrarão a taxa sobre o limite de crédito neste primeiro momento, mas que, caso decidam pela tarifação, irão informar amplamente a medida. Os clientes que desejarem reduzir ou cancelar o cheque especial devem, no caso do Itaú, acessar os canais de autoatendimento e, na Caixa, solicitar diretamente na agência. A Caixa hoje cobra juros de 4,95% ao mês no cheque especial. A taxa do Itaú é de 12,48% e será reduzida para 8% como foi estipulado pelo BC.

Para o economista João Augusto Salles, a resistência dos grandes bancos a aderirem, em um primeiro momento, à nova tarifa sobre o limite de crédito é uma tentativa de não perder a competitividade.

Veículo: Estadão

Data: 07/01/2020

Caderno/Coluna:
Economia

Notícia de Interesse

Aspecto:
Neutra



Sem intervenção. O presidente Jair Bolsonaro é recebido pelo ministro Bento Albuquerque no Ministério de Minas e Energia para reunião sobre impactos da alta do preço internacional do petróleo

PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS

COLCHÃO FINANCEIRO

Governo estuda criar fundo e mudar ICMS para compensar alta do petróleo

MANOEL VENTURA, DANIEL
GULLINO, JUSSARA SOARES E
RAMONA ORDÓÑEZ
economia@oglobo.com.br
BRASILIA E RIO

O governo federal estuda um mecanismo de compensação para o preço dos combustíveis no mercado interno. O objetivo é evitar que altas abruptas nos valores internacionais do petróleo sejam sentidas pelos consumidores do Brasil. O Executivo federal também avalia propor aos estados mudanças no ICMS, que incide sobre gasolina e diesel, numa tentativa de criar um colchão para os preços dos combustíveis. As medidas foram discutidas ontem, em uma reunião no Ministério de Minas e Energia da qual participou o presidente Jair Bolsonaro. O encontro foi marcado depois da alta no petróleo causada pela morte do general iraniano Qassem Soleimani em um bombardeio americano, na última sexta-feira.

—A palavra subsídio não é a palavra adequada. Uma compensação talvez seja a palavra adequada. O país bateu o re-

corde de produção de petróleo no fim do ano passado. Hoje, o Brasil é exportador. Se o preço aumenta, é bom para o país. Mas, evidentemente, aumenta o preço do combustível. Então temos que criar, talvez, mecanismos compensatórios, que compensem esse aumento sem alterar o equilíbrio econômico do país — disse o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, após a reunião, manifestando preocupação com a inflação.

Segundo fontes do governo, uma das alternativas é a criação de um fundo de compensação, semelhante a mecanismos já usados no passado, de maneira a amortizar eventuais altas bruscas do petróleo no mercado internacional. Isso seria possível porque a arrecadação federal aumenta quando o petróleo sobe. Se o barril ultrapassa determinado patamar, a folga obtida na arrecadação seria repassada ao longo da cadeia de petróleo para que a variação de preço não chegue às bombas. Como o país tem aumentado sua produção, a arrecadação com royalties

também tem subido.

A ideia de criar um fundo de compensação para mitigar variações bruscas de preço ao consumidor começou a ganhar força desde o governo de Michel Temer, após a greve dos caminhoneiros, em maio de 2018. Desde então, os governos têm mantido interlocução direta com a categoria para evitar novas paralisações.

—Temos que ver mecanismos de compensação. Não sei se será com impostos. Se há maior receita, pode haver compensação em cima disso — completou o ministro.

Mais cedo, o presidente Jair Bolsonaro voltou a descartar intervenção nos preços dos



“Não existe interferência (nos preços da Petrobras). Não sou intervencionista”

—**Jair Bolsonaro**, presidente

combustíveis diante da alta do petróleo provocada pela crise no Oriente Médio, que concentra a maior parte da produção mundial. A commodity chegou a ser negociada ontem acima de US\$ 70 o barril.

—Não existe interferência. Não sou intervencionista. Essa política está muito bem conduzida pelo almirante Bento — disse Bolsonaro.

Outra medida estudada pelo governo, também para compensação, é propor aos estados que reduzam o ICMS (imposto estadual) quando o petróleo estiver alto. A ideia deve ser apresentada aos estados, por meio do Comitê Nacional de Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz). Ao deixar o encontro, Bolsonaro pediu cooperação de governadores:

—Aproximadamente um terço do preço do combustível, no final, é imposto estadual, o ICMS. No Rio, por exemplo, está em torno de 30%. Esse é o problema que nós temos. Os governadores, com problemas em caixa, não deixam de, cada vez mais, buscar aumentar sua receita em cima do

ICMS dos combustíveis.

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, e o diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP), Décio Oddone, também participaram da reunião. Castello Branco afirmou que não recebeu orientação do presidente para controlar preços de combustíveis, e o ministro Bento Albuquerque reforçou o coro de que não há interferência do governo na Petrobras. Ele afirmou que as medidas em estudo não envolvem a estatal:

—As medidas são para que a gente não tenha no setor de combustíveis uma incerteza grande por parte do consumidor. Para ter uma resposta rápida e para que o país não fique refém de cada crise de petróleo que ocorra no mundo. Se o país tiver instrumentos, vai dar muita tranquilidade.

ANALISTAS PREVEEM AJUSTE

O presidente da Petrobras avaliou que não haverá crise econômica em decorrência da tensão no Oriente Médio:

—O polo econômico de produção de petróleo não é mais a

Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), são os países fora dela, especialmente os EUA. Evidentemente, surpresas podem acontecer, mas estamos acreditando que seja muito pouco provável que esse choque que houve, um aumento de US\$ 3, resulte numa crise econômica.

Pela manhã, Bolsonaro havia dito que a “tendência” era que o preço do petróleo se estabilizasse. Para ele, o impacto da ação americana no Iraque “não foi grande”.

Ainda que o preço do barril do petróleo se estabilize na faixa dos US\$ 70, analistas ouvidos pelo GLOBO avaliam que, com o dólar acima de R\$ 4, a Petrobras terá que aumentar os preços da gasolina e do diesel em suas refinarias nos próximos dias não só para evitar prejuízos à Petrobras. É preciso sinalizar para investidores interessados na compra das oi-

to refinarias que a estatal pôs à venda que não haverá ingerência do governo na política de preços dos combustíveis.

— A Petrobras está esperando primeiro a poeira baixar e verificar em que patamar de preços o petróleo vai ficar para fazer o reajuste. Como fez em setembro de 2019, quando houve um ataque (atribuído ao Irã) a refinarias na Arábia Saudita. Com os preços do petróleo nesse patamar e o câmbio elevado, a Petrobras tem que aumentar os preços da gasolina e do diesel ainda esta semana. Não tem jeito, e a prioridade da Petrobras é privatizar as refinarias — disse Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE).

DÚVIDA SOBRE DAVOS

Para o especialista, a criação de um fundo financeiro para

amortecer impactos externos é uma boa ideia. Edmar Almeida, professor do Instituto de Economia da UFRJ, também acredita que logo a Petrobras vai reajustar seus preços. Para ele, o governo deveria aproveitar a discussão da reforma tributária para avaliar também mudanças na tributação dos combustíveis que pudessem ajudar a proteger o Brasil de alterações repentinas no preço internacional do petróleo.

A política de preços da Petrobras para gasolina e diesel tem como base o preço de paridade de importação, formado pelas cotações internacionais desses produtos mais os custos que importadores teriam, como transporte e taxas portuárias.

Bolsonaro admitiu que pode não ir à reunião anual do Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, entre 21 e 24 deste mês, por “questão de segurança”. A viagem estava confirmada e passou a ser reavaliada após a escalada da tensão entre EUA e Irã:

— Estamos discutindo isso aí. Há a possibilidade de não ir.